



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 085

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 14 DE AGOSTO DE 2006

ANO XXXI

### *Mesa Executiva*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PMDB

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PMRB

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### *Lideranças*

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Nelson Garcia  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PT ..... Ângelo Vanhoni  
PDT ..... Luiz Carlos Martins  
PPS ..... Waldir Leite  
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB ..... Jocelito Canto  
Bloco Parlamentar PP/PSB ..... Cida Borghetti

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 085**

### **72ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 02**

#### **Expediente:**

Indicações ..... 03

Requerimentos ..... 03

Projetos de Lei ..... 11

#### **Pequeno Expediente::**

Dep. Tadeu Veneri..... 18

Dep. José Domingos Scarpellini.... 19

Dep. Caíto Quintana ..... 19

Dep. André Vargas ..... 20

Dep. Cleiton Kielse..... 21

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do Bloco PP/PSB

Dep. José Domingos Scarpellini22

Liderança do Bloco PTB/PL/PRB

Dep. Pastor Edson Praczyk.....23

Liderança do Governo

Dep. Dobrandino da Silva.....24

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....25

Discussão / Votação:

Discussão Única (Proposições)..28

1ª Discussão .....29

2ª Discussão .....34

3ª Discussão .....34

Redação Final .....34

Requerimentos .....35

**Encerramento da Sessão .....35**

#### **Publicações:**

Comissão Executiva:

Decisão .....35

Atos.....36

Diretoria Geral:

Portarias .....38

Atas de Comissões

Especial de Reforma à Const.....38

Finanças .....38

### **DIÁRIO Nº 085**

### **72ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

#### **15ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 72ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **REALIZADA EM**

**14 DE AGOSTO DE 2006**

*(segunda-feira)*

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Nereu Moura e Antonio Anibelli.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (47).

Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Geraldo Cartário, Ademar Traiano, Duílio Genari, Mauro Moraes e Ratinho Júnior (05).

Em licença médica o Sr. Deputado Carlos Simões e a Sra. Deputada Elza Correia (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### **Expediente:**

#### **Indicações**

##### INDICAÇÃO Nº 021/06

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná

O Deputado Estadual do Estado do Paraná, Hermes Fonseca Filho, se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que as crianças sejam alimentadas exclusivamente com leite materno até os seis meses de idade. isto porque o leite materno é um alimento completo que contém todos os nutrientes anticorpos e hormônios necessários para o bom desenvolvimento da criança, contribuindo para a redução dos índices de mortalidade infantil. Após esse período, os especialistas recomendam a amamentação continuada até os dois anos de idade.

De acordo com a divulgação da Ciranda, Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência, “o Brasil possui uma média de mortalidade infantil de 29,6 mortos para cada mil nascidos vivos. Mas o Paraná está abaixo dessa média. São 13,71 mortos para cada mil nascimentos...” (Fontes: Folha de Londrina-PR, pág. 06, Maigne Gueths; Jornal do Estado-PR, pág. b2; Diário dos Campos, pág. 2a; O Paraná, pág. 10; Tribuna do Norte, pág.07)

Considero estes índices ainda muito exagerados para o nosso estado e país.

A literatura médica também diz que quanto maior a proximidade de recém-nascido com a mãe melhor serão seus desenvolvimentos intelectual, físico e psíquico. Os seis primeiros meses são fundamentais para o bem-estar

do bebê e da própria mãe. Isso significará que em médio prazo o Estado, além de realizar maior conforto às famílias, estará economizando em saúde ao longo da vida dessas pessoas. Ao prorrogar a licença-maternidade para 180 dias, o Estado do Paraná estará dando um passo inédito e importante como exemplo de cuidado com o ser humano colocando-o no centro de sua atuação, programa este que servirá como referência ao país.

O presente projeto de lei faz um debate franco sobre um programa de incentivo às empresas, jamais propõe uma lei que venha criar “camisa-de-força” ao obrigar as empresas a adotarem a licença maternidade por 180 dias. Pelo caráter democrático o estratégico da discussão, deverá de ser fácil a aprovação pela Assembléia Legislativa e pela sociedade paranaense. A intenção é conscientizar as empresas das necessidades da aproximação da mãe a seu filho e, concomitantemente, reduzir a zero a taxa de mortalidade infantil no Paraná.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) HERMES FONSECA

##### INDICAÇÃO Nº 022/06

Senhor Presidente:

Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, para que envie mensagem a esta Casa Legislativa, nos seguintes termos:

1 - Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a conceder os 5% de aumento acrescidos no orçamento da Secretaria Estadual de Educação, que passou de 25% para 30%, em reposição salarial aos professores e funcionários desta Secretaria.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Tal indicação se faz em razão a defasagem salarial dos professores e demais funcionários da Secretaria Estadual de Educação que nos últimos quinze anos não receberam nenhum aumento.

Estamos propondo ao Governo do Estado que o aumento de 5% acrescidos no Orçamento da Educação o qual passará de 25% para 30%, conforme emenda constitucional feita pelo Governador, seja usada na íntegra para reposição salarial dos professores e demais funcionários desta Secretaria.

#### **Requerimentos**

##### REQUERIMENTO Nº 1923

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER a inversão da pauta presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) CLEITON KIELSE

## Apoiamento:

Francisco Bühner, Nelson Garcia, Luiz Accorsi, Barbosa Neto, Chico Noroeste, Cida Borghetti e Luiz Nishimori

## REQUERIMENTO Nº 1915

## Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 15/08/06 (terça-feira), em Comissão Geral para a 2ª votação da Mensagem nº 014/06, Projeto de Lei nº 067/06, que dispõe sobre autorização para a realização de operações de aumento de capital social do Estado na Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

## Apoiamento:

Francisco Bühner, Luiz Nishimori, Neivo Beraldin, Miltinho Pupio, José Maria Ferreira, Natálio Stica, Artagão Júnior, Nelson Garcia, Vanderlei Iensen, Antonio Anibelli, Pedro Ivo Ilkiv, Caíto Quintana, Hermas Brandão, Rafael Greca, Luiz Accorsi, Nereu Moura, Cida Borghetti, Luciana Rafagnin e Alexandre Curi.

## REQUERIMENTO Nº 1855

## Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa a designação de missão oficial para a signatária representar a Assembléia Legislativa, no dia 23 de agosto de 2006, no município de Foz do Iguaçu, na abertura da XVI Convenção Anual da Federação de Associações Comerciais e Empresariais do Paraná - Faciap, sem ônus para esta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) CIDA BORGHETTI

## REQUERIMENTO Nº 1896

## Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, comparece perante V. Exa., para REQUERER, após ouvido o douto Plenário, a constituição de uma Comissão Especial de Investigação - CEI, composta de 07 (sete) membros, para que, no prazo de 90 (noventa) dias, proceda avaliações sobre os impactos econômico-financeiros, turísticos e sociais, gerados na região do município de Foz do Iguaçu, pelas medidas restritivas e organizacionais do Governo Federal, de controle de passagem pela Ponte da Amizade Brasil-Paraguay.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1917

## Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento e a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 541/98, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que dispõe sobre as prerrogativas da Defensoria Pública Estadual.

O projeto de lei já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) CAÍTO QUINTANA

## REQUERIMENTO Nº 1898

## Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 215/06, pelo fato de já existir uma lei estadual, de numeração 14.986, de 06 de janeiro de 2006, que dispõe acerca da matéria apresentada.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) CIDA BORGHETTI

## REQUERIMENTO Nº 1926

## Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) CIDA BORGHETTI

## REQUERIMENTO Nº 1858

## Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Eni Terezinha Souza Fortes, ocorrido dia 10/08/06.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

Aos 78 anos de idade, faleceu no último dia 10 de agosto/06, a Sra. Eni Terezinha Souza Fortes. Deixou uma filha e três netos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como do seu vasto círculo de amigos, dentre os quais este Parlamentar. Companheira de todas as horas, mãe extremosa, avó dedicada, assim era Eni Terezinha Souza Fortes.

O destino roubou-a ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a

certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos e a sua labuta diária.

Sua família, a família que adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüila, pois, saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares de Dona Eni, endereçando a eles voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 1859

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Sinefredo Cuman, no último dia 09/08/06, nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 77 anos de idade faleceu nesta Capital, o Sr. Sinefredo Cuman, no dia 09 de agosto corrente deixando viúva a Sra. Maria Cuman. Deixando ainda, três filhos e seis netos. O passamento do Sr. Sinefredo Cuman veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como em seu vasto círculo de amigos, dentre os quais este Parlamentar.

Tombou mais um lutador. A morte no seu perambular incessante não respeita nem fracos nem fortes. Por isso caiu o amigo Sinefredo Cuman levando consigo a certeza de haver lutado com denodo e com altives, o combate da honra e do dever cumprido.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmedidas são outras tantas qualidades que procuramos cultivar como homenagem que lhe devemos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Cuman, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 1860

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Alexandrina Gomes Pereira, ocorrido dia 01 de julho do corrente ano.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 56 anos de idade, faleceu dia 01 de julho do corrente ano, a Sra. Alexandrina Gomes Pereira, que era

irmã do Vereador Alcidio Carvalho Gomes, do município de Agudos do Sul.

Alexandrina era filha de Pedro Gomes Neto e da Sra. Rosalina Pereira de Carvalho. Era comerciante em Agudos do Sul. Pessoa muito estimada por todos que a conheceram. Pois, tratava seus fregueses com atenção, carinho e respeito.

Seu passamento veio entristecer profundamente seus familiares, parentes e amigos dentre estes este Parlamentar.

O destino roubou-a ao convívio de seu entes queridos, de seus amigos e parentes. Restando-lhes, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada.

Pedimos ao Pai Celeste que, nossos amigos familiares de Alexandrina, encontrem na fé e na esperança, o alívio necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares de Alexandrina, endereçando a todos voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 1873

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Antonio Abrão.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1903

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Denizié do Carmo Lara da Cruz, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1920

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Teru Asano, no último dia 04 de agosto, com 76 anos de idade.

O falecido deixa viúva a Sra. Misado Asano e 3 filhos: Márcia Takako Asano, Ruth Endo e Ricardo Asano, aos quais são enviadas as nossas condolências.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 1922

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Olívia Candeo Marrese, ocorrido no último dia 11 de agosto, na cidade de Apucarana.

Ela era esposa do pioneiro Domingos Marrese, deixando três filhos, seis netos e 02 bisnetos. Dona Olívia, como era conhecida, foi moradora de Apucarana, onde foi professora por muitos anos, encaminhando e educando muitas crianças e era reconhecida e considerada por todos como uma extraordinária criatura humana.

Esta Casa lamenta profundamente o passamento da Sra. Olívia Candeo Marrese, e une-se a comunidade de Apucarana, nas manifestações de solidariedade e encaminha à família enlutada, os sinceros votos de pesar.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

#### REQUERIMENTO Nº 1856

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à Exma. Sra. Jeanine Pires, empossada em 15/08/06, na Presidência do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur).

É a primeira vez, em 40 anos de existência, que o Instituto será presidido por uma mulher.

Jeanine é atualmente a Diretora de Turismo de Negócios e Eventos e receberá o cargo do Presidente Eduardo Sanovicz.

A Embratur é a unidade do Ministério do Turismo responsável pela promoção, marketing e apoio à comercialização dos destinos, produtos e serviços turísticos brasileiros exclusivamente no exterior.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1900

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, a aprovação e o envio de votos de congratulações ao Sr. Igo Martini, Presidente do CEPAC

- Centro Paranaense de Cidadania e seus respectivos funcionário(a)s.

Tal congratulação é merecida pela realização do “I Seminário Educando para a Diversidade”, ocorrido nesta Casa de Leis na data de 28.06.2006 e, também, pela elaboração do Guia para Educadore(a)s de mesmo nome.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 366, sl. 47, Centro, Curitiba-PR-Brasil, Caixa Postal nº 1.095, CEP: 80.011-970.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

#### REQUERIMENTO Nº 1902

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao Dr. Ricardo Wang, médico cardiologista e da hemodinâmica da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, por relevantes serviços prestados ao nosso Estado.

Nascido em 25 de junho de 1974, no Estado do Rio de Janeiro-RJ, é formado em Medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais. O Dr. Ricardo é um profissional de extrema dedicação, exerce sua profissão com dignidade e consciência, primado pelos princípios morais, de bondade e dedicação plena. É um profissional que ama o que faz, de coração generoso e simples, e que ampara todos os pacientes que o procuram, com competência e humildade.

Salvar vidas é a sua missão e seu ideal. Detentor de uma intuição extremamente elevada, sabe, com muita propriedade, amor, confiança e carinho, tratar seus pacientes, indistintamente. Conquistou admiração e reconhecimento de toda a comunidade. Pelo seu excelente desempenho profissional e humano, queremos, por meio deste voto de louvor, registrar nos Anais desta colenda Casa de Leis, nossos sinceros cumprimentos e agradecimentos. Os votos são extensivos aos demais Pares, consignando-se em Ata o reconhecimento de todos.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1866

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. José Manoel Ferreira Pereira. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1867

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Carlos Pereira da Silva. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1868

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Carlos Alberto Ribeiro da Silva. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1869

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Moacir Marconi.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1870

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Alex Sandro Martins Moreira.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1871

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Gonçalo Cordeiro Araújo. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1872

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Antonio Batiste Correa. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1874

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Vereador Marcelo Coelho Silva.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1875

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Edite M. da Silva Tokemasa.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1876

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Ana Rita da Silva. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1877

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Damião Martins de Souza.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1878

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Claudomiro Martins. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1879

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Etelvina Santiago Lopes.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1880

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Joana Francisca dos Santos.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1881

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Francisca Ferreira Pereira.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1882

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Maria do Carmos Gomes de Souza.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1883

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Alice Maria Dias. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1884

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Elena Vitoriano de Vasconcelos.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1886

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Tereza França Vitoriano. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1887

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Cícera Marcelino Vasconcelos Vitoriano.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1888

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Rosana Simões Peres Teixeira. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1889

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. João Vitoriano.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1890

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Tereza Pereira da Costa.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1891

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Sueli Perez dos Santos. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1892

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Janice Pereira Soares.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1893

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Maria Aparecida Silva dos Santos.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1894

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Rosa Alice Dias Bernardes.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 1919

Senhor Presidente:

Os abaixo signatários, com amparo regimental, REQUEREM o envio de expediente ao Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim e ao Secretário Geral das Relações Exteriores Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto, nos seguintes termos:

“A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, solidária com a situação que o Líbano está enfrentando neste período de guerra entre povos, vem, através de seus Pares, demonstrar seu respeito a esse país em franca expansão e que é vítima de ataques cruéis, que ceifam vidas de milhares de inocentes, e pedir ações da diplomacia do governo brasileiro.

A dor e o sofrimento do povo libanês exige que todas as etnias se unam num pensamento maior, o desejo da paz. É fundamental um cessar fogo emergencial apoiado por todas as nações.

No Paraná, acompanhamos nos noticiários as informações de que milhares de brasileiros que visitam os seus parentes no Líbano, ou lá vivem, estão assustados e correndo riscos. É importante que nossa diplomacia atue intensivamente para retirar nossos irmãos da zona de conflito e que os homens que conduzem este

processo se conscientizem que a violência só traz prejuízos e dor.

Solidarizamo-nos com a comunidade no Brasil. Este país que recebeu de braços abertos aproximadamente seis milhões de libaneses e seus descendentes. Homens e mulheres perseverantes que se unem pela força de trabalho para alcançar seus objetivos e ajudar a construir a história de nosso país.”

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) MARCOS ISFER

## REQUERIMENTO Nº 1895

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente à Copel, solicitando informações de o porquê do não atendimento da solicitação de ligação de energia rural para a Fazenda São Francisco, bem como a outros cinco proprietários rurais, no município de Prudentópolis, conforme comprovante de cadastro nº 4.431.811-1 de 23.03.01.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Apoioamento:

José Domingos Scarpellini, Alexandre Curi, Antonio Anibelli e Pastor Edson Praczyk.

## REQUERIMENTO Nº 1857

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja endereçada correspondência ao Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva, bem como ao Presidente da Copel, Rubens Ghilardi, solicitando dos mesmos a extensão de rede de energia elétrica a proprietários rurais do município de Guarapuava.

Os seis proprietários rurais fizeram cadastro para receber a melhoria no ano de 2001 e até a presente data não lograram êxito, situação que tem proporcionado muitos transtornos aos mesmos.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) CIDA BOGHETTI

## REQUERIMENTO Nº 1918

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que a Mesa Executiva determine o encaminhamento de cópia do documento da Apong - Ação Popular Campos Gerais, que integra o Conselho Estadual de Direitos Humanos, a cada um dos Parlamentares desta Casa.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) JOCELITO CANTO

## Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 399/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º As Associações de Moradores e Instituições sem fins lucrativos terão gratuidade nas custas cartoriais no registro de atas, alterações de estatutos e membros de diretoria e expedição de certidões no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 2º Para o estabelecido no artigo 1º as Associações de Moradores e Instituições sem fins lucrativos deverão ter:

I - comprovação de funcionamento por pelo menos 5 (cinco) anos ininterruptamente;

II - título de Utilidade Pública Municipal, Estadual ou Federal;

III - registro em estatuto do não recebimento de qualquer tipo de remuneração por parte dos membros da diretoria.

Parágrafo Único. Para uso do benefício previsto no caput do artigo 1º, as Associações de Moradores e Instituições sem fins lucrativos não poderão ter celebrado contratos ou convênios com o Poder Público para a execução de programas que envolvam contratação de mão-de-obra e/ou aquisição de bens.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) AILTON ARAÚJO

### JUSTIFICATIVA:

As Associações de Moradores e Instituições sem fins lucrativos têm por finalidade a organização da sociedade em prol das comunidades, servindo de verdadeiro esteio dos anseios populares e a causas importantes na medida em que propicia a comunicação entre a coletividade e o Poder Público.

O trabalho prestado pelas associações de moradores e diversas instituições sem fins lucrativos é de extrema relevância e, às vezes, de difícil realização devido a dependência da contribuição de seus associados, fazendo jus ao benefício da lei.

PROJETO DE LEI Nº 400/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Torna obrigatória, no âmbito do Estado do Paraná, a permanência de 1 (uma) cadeira de rodas, nas agências bancárias, para o transporte de pessoas com deficiência física ou maiores de 65 (sessenta e cinco anos) que apresentem alguma dificuldade de locomoção.

Art. 2º As agências bancárias deverão efetuar o atendimento das pessoas mencionadas no artigo 1º, em locais de fácil acesso à utilização das cadeiras de rodas, bem como fixar na entrada das agências, avisos sobre a existência dessa facilidade.

Art. 3º O descumprimento das disposições contidas nesta Lei, acarretará ao infrator o pagamento de multa no valor de 300 (trezentas) UFIR's - Unidade Fiscal de Referência.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação, indicando os órgãos responsáveis para o seu fiel cumprimento.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) AILTON ARAÚJO

### JUSTIFICATIVA:

A Carta Magna estabelece que o Poder Público e a sociedade devem criar condições para a integração dos deficientes físicos e idosos aos fenômenos vivenciados pela sociedade, através da eliminação de barreiras físicas ou naturais, em qualquer ambiente.

No entanto, é apenas mais um direito não respeitado, pois, diariamente, o que mas se vê são os deficientes físicos e idosos esperando a ajuda de um terceiro para adentrar nos estabelecimentos, ou deles sair, pois a inexistência de cadeiras de rodas só dificulta o deslocamento dessas pessoas.

Além disso, cumpre lembrar que a maioria dos projetos arquitetônicos cria espaços pensando em pessoas plenas de saúde e condições físicas.

Diante disso, a proposta em questão vem atender a necessidade dos deficientes físicos e idosos, visto que torna obrigatória a permanência de cadeiras de rodas nas dependências das agências bancárias, em todo Estado do Paraná.

Ante o exposto, peço e espero o inestimável apoio dos meus nobres Pares para a aprovação desta proposição.

PROJETO DE LEI Nº 401/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o Banco de Remédios Doados, sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde.

Parágrafo Único. O Programa de que trata esta lei deverá ser vinculado à Secretaria Estadual de Saúde, a

fim de suprir as carências de remédios fora da grade convencional, buscando e evitando perdas.

Art. 2º O Banco de Remédio Doados terá por objetivos:

I - a formação de estoques, a partir de doações de pessoas físicas ou jurídicas, devidamente classificadas, contados os seus conteúdos e verificados os prazos de validade;

II - o atendimento exclusivo às pessoas comprovadamente carentes, após visita, cadastro e relatório realizado por assistentes sociais vinculados à Administração Pública Estadual.

§ 1º A classificação, contagem de conteúdo e verificação de prazos de validade, previstas no inciso I deste artigo, deverão ser desempenhados por profissionais da área de farmácia, vinculados à Administração Pública Estadual.

§ 2º O fornecimento está condicionado à; existência em estoque e ao fornecimento de receita médica original que deverá ser arquivada em local próprio.

§ 3º Os estoques deverão ser atualizados semanalmente, com geração de relatório para afixação em quadro no próprio Banco de Remédios e fornecimento às instituições interessadas, através de cópia, sob a responsabilidade do requisitante.

Art. 3º Só poderão ser aceitas doações de remédios que estejam em bom estado de conservação, inclusive com embalagem, bula e prazo mínimo de quarenta e cinco dias antes da data do vencimento.

Art. 4º Os remédios deverão ser controlados através do seu respectivo nome genérico (substância ativa) e terem uma relação de similaridade nominal (nome comercial e genérico).

Art. 5º O Estado deve incentivar, através de divulgação e campanhas, a prática de doações de remédios.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto tem por objetivo criar um programa que proporcione a distribuição de remédios para aqueles que não têm condições de comprá-los.

A formação de estoques, classificação, verificação de conteúdo e prazo de validade devem ser tarefas desempenhadas por profissionais de área médica ou farmacêutica, do quadro próprio do Estado.

Os remédios doados devem estar em bom estado de conservação, com bula e prazo mínimo de 45 dias, antes da data de vencimento. Eles deverão ser catalogados através de seu nome genérico, substância ativa e ter

também uma relação de similaridade nominal, nome comercial e genérico.

O Banco do Remédio Doados será destinado exclusivamente a pessoas comprovadamente carentes, após visita, cadastro e relatório realizados por assistentes sociais do quadro próprio do Estado. Os medicamentos serão fornecidos com apresentação de receita médica original, a ser arquivada em local próprio.

PROJETO DE LEI Nº 402/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida, em todo o território do Estado do Paraná, a apresentação de espetáculo circense ou similar que tenha como atrativo a exibição de animais de qualquer espécie.

Art. 2º Os animais referidos nesta lei compreendem todo ser irracional, quadrúpede ou bípede, doméstico ou selvagem.

Art. 3º Não se aplicará a proibição prevista no artigo 1º quando se tratar de eventos sem fins lucrativos, de natureza científica, educacional ou protecional.

Art. 4º O descumprimento às disposições desta lei implicará multa de 10.000 UFIR's (dez mil unidades fiscais de referência).

Parágrafo Único. A multa a que se refere este artigo será recolhida pelos órgãos competentes do Poder Executivo do Estado e revertida para as instituições de proteção e cuidados dos animais situadas no município de origem.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei tem como objetivo garantir o direito de manter os animais selvagens em seu habitat natural, separando-os do perigoso convívio com o ser humano, e, ao mesmo tempo, garantir a integridade e a vida humana que constantemente vem sendo agredida por ataques de animais circenses.

A utilização de animais selvagens e exóticos em espetáculos de circos no Paraná deve ser proibida. Os animais costumam ser a principal atração de circos e outros espetáculos do gênero, onde o público tem interesse em ver demonstrações de submissão de animais ferozes sob o comando de domadores. O que a maior parte das pessoas desconhece, no entanto, são os maus-tratos a que são submetidos os animais, quer seja durante o processo de adestramento, quer para obter a performance desejada.

Diante do descaso e do descuido com que os circos mantém os animais perigosos, torna-se necessária a proibição do contato desses animais com o ser humano.

O circo é uma das mais belas formas de expressar a arte do ser humano e não necessita de animais selvagens para realizar as suas atividades. Além disso, o projeto irá proteger a fauna que vem sendo constantemente ameaçada pela modificação do habitat destes animais.

Pelo exposto, conto com a aprovação do projeto de lei que ora submeto a esta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 403/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o Projeto Edinilse Aquino Pimentel, com sede e foro no município de Pinhais.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

**JUSTIFICATIVA:**

O Projeto Edinilse Aquino Pimentel, é uma associação civil sem fins econômicos, políticos, partidários ou religiosos, que tem por finalidade a promoção e contribuição no desenvolvimento da vida comunitária em geral, no desenvolvimento cultural, humano, social, econômico, e bem-estar da comunidade, no desenvolvimento de trabalhos com a criança, adolescente e idosos, promovendo cursos de alfabetização e cursos de capacitação de jovens e idosos.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta Augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de Utilidade Pública Estadual o Projeto Edinilse Aquino Pimentel do município de Pinhais.

PROJETO DE LEI Nº 404/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a entidade filantrópica denominada Associação Evangélica Gerônimo Moreira, com sede no município de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

Em conformidade com a Lei nº 6994/78 com as alterações dadas pelas Leis nºs 8589/87 e 12816/99, que

dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública de Sociedade Civil, Associações e Fundações constituídas no Estado do Paraná estamos apresentando a presente proposição, para declarar de Utilidade Pública a Associação Evangélica Gerônimo Moreira com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul/PR.

Fundada em 27 de fevereiro de 2005, a entidade tem por objetivo e finalidade de acordo com seu estatuto, promover o desenvolvimento da comunidade através de realização de obras e ações com recursos próprios e/ou obtidos por doações ou empréstimos; proporcionar a melhoria de convívio entre os habitantes da comunidade através da integração dos seus moradores; desenvolver atividades culturais, atividades assistenciais, direta e indiretamente; conscientizar a comunidade de suas potencialidades; e promover cursos teológicos para atender ao anseio da comunidade.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 405/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Aldeia Feliz, com sede e foro no município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, CNPF 07.319.137/0001-52.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

**JUSTIFICATIVA:**

A propositura em tela tem por objetivo declarar a Entidade citada de Utilidade Pública Estadual, que é sem fins lucrativos, políticos e religiosos, nascida legalmente em 22.03.2005 com prazo de duração indeterminado.

Possui como objetivo prestar serviços sócios comunitários aos agricultores familiares da Comunidade Aldeia Feliz.

A entidade atende os requisitos legais para receber tal declaração, uma vez que apresenta a documentação necessária que encontra-se em anexo.

Espera-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição Parlamentar.

PROJETO DE LEI Nº 406/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica acrescentada alínea "Z" ao inciso II, do artigo 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996 com a seguinte redação:

Art. 14...

II -...

z) produtos classificados na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - NBM/SH: blocos de concreto, telhas e lajes planas pré-fabricadas, painéis de lajes, pré-lajes e pré-moldados, classificados nos códigos 6810.11.0000, 6810.19.0200, 6810.91.9900 e 6810.99.9900.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei apresentado, visa acrescentar a alínea "z" à Lei nº 11580, de 14 de novembro de 1996.

Tendo em vista a existência da Lei nº 13.742 de 02.05.06, oriunda do Estado de Santa Catarina a qual concedeu a redução na alíquota, para 12% aos blocos de concretos, telhas e lajes planas pré-moldadas, painéis de lajes, pré-lajes e pré-moldados, o projeto em tela objetiva instituir no Estado do Paraná tratamento igual ao de outros Estados, visando desta forma a competitividade e a isonomia entre os Estados Federados.

Desta forma, esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação desta colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 407/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 9.444, de 20 de novembro de 1990, que criou o município de Jardim Paulista.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem o objetivo precípuo de revogar a Lei nº 9.444 que criou o município de Jardim Paulista, desmembrado do município de Campina Grande do Sul.

A revogação tem fundamento no acórdão nº 23.387 de 29 de novembro de 1999, do egrégio Tribunal Regional Eleitoral, que indeferiu o pedido de realização de plebiscito.

Na forma constitucional, a criação de municípios está intrinsecamente vinculada ao desejo das respectivas populações, de acordo com os preceitos contidos no inciso II, do artigo 19, *in verbis*:

Art. 19...

I -...

*II - a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal apresentados e publicados na forma da lei.*

Nestas condições, conclamamos aos nobres Pares desta Casa de Leis a procederem à devida revogação em acatamento da soberana decisão popular.

PROJETO DE LEI Nº 408/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 9.240, de 09 de maio de 1990, que criou o município de Braganina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem o objetivo precípuo de revogar a Lei nº 9.240, que criou o município de Braganina, desmembrado do município de Assis Chateaubriand.

A revogação tem fundamento no acórdão 23.405 de 15 de dezembro de 1999, do egrégio Tribunal Regional Eleitoral, que indeferiu o pedido de realização de plebiscito.

Na forma constitucional, a criação de municípios está intrinsecamente vinculada ao desejo das respectivas populações, de acordo com os preceitos contidos no inciso II, do artigo 19, *in verbis*:

Art. 19...

I -...

*II - a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de município far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal apresentados e publicados na forma da lei.*

Nestas condições, conclamamos aos nobres Pares desta Casa de Leis a procederem à devida revogação em acatamento da soberana decisão popular.

PROJETO DE LEI Nº 409/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 9.305, de 21 de junho de 1990, que criou o município de Vila Nova.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem o objetivo precípuo de revogar a Lei nº 9.305, que criou o município de Vila Nova, desmembrado do município de Toledo.

A revogação tem fundamento no acórdão 24.824 de 28 de novembro de 2000, do egrégio Tribunal Regional Eleitoral, que indeferiu o pedido de realização de plebiscito.

Na forma constitucional, a criação de municípios está intrinsecamente vinculada ao desejo das respectivas populações, de acordo com os preceitos contidos no inciso II, do artigo 19, *in verbis*:

Art. 19...

I -...

*II - a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de município far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal apresentados e publicados na forma da lei.*

Nestas condições, conclamamos aos nobres Pares desta Casa de Leis a procederem à devida revogação em acatamento da soberana decisão popular.

PROJETO DE LEI Nº 410/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 9.302, de 18 de junho de 1990, que criou o município de Guaraituba e nº 9.442, de 16 de novembro de 1990, que alterou suas divisas.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem o objetivo precípuo de revogar a Lei nº 9.302, que criou o município de Guaraituba, desmembrado do município de Colombo e a nº 9.442 que alterou suas divisas.

A revogação tem fundamento no acórdão 20.318, de 15 de junho de 1996, do egrégio Tribunal Regional Eleitoral, que homologou o resultado do plebiscito, desfavorável a criação do município de Guaraituba.

Na forma constitucional, a criação de municípios está intrinsecamente vinculada ao desejo das respectivas populações, de acordo com os preceitos contidos no inciso II, do artigo 19, *in verbis*:

Art. 19...

I -...

*II - a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de município far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal apresentados e publicados na forma da lei.*

Nestas condições, conclamamos aos nobres Pares desta Casa de Leis a procederem à devida revogação em acatamento da soberana decisão popular.

PROJETO DE LEI Nº 411/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por intermédio do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, autorizado a ceder ao município de Carambeí, imóvel situado na localidade denominada Boqueirão, naquele município, medindo 2.500 m ,conforme descrição contida na Matrícula nº 25.978, do 1º Registro de Imóveis da Comarca de Ponta Grossa, no qual está instalada a Escola Municipal Tônia Joana Harms.

Art. 2º O imóvel descrito no artigo anterior deverá ser utilizado, exclusivamente, para o desenvolvimento de atividades educacionais, revogando-se o termo de cessão de uso em caso de utilização diversa da autorizada.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Apoiamento:

Barbosa Neto, José Domingos Scarpellini, Luiz Accorsi e Durval Amaral.

JUSTIFICATIVA:

A apresentação desta proposta legislativa atende aos interesses da comunidade do Bairro Boqueirão em Carambeí, posto que regularizará situação bastante *sui generis* daquele estabelecimento de ensino que foi edificado em imóvel onde verificou-se uma comunhão de títulos, conforme esclarece expediente da Câmara Municipal de Carambeí.

Parte do imóvel foi havida por desapropriação promovida pelo município de Ponta Grossa, que após à emancipação do município de Carambeí, promoveu a cessão de uso para o novo município. E a outra parte foi doada ao Estado do Paraná, com cláusula resolutória de destinação exclusiva para o funcionamento de um estabelecimento de ensino.

Anexo a esta proposição de projeto de lei os documentos comprobatórios da situação do imóvel.

PROJETO DE LEI Nº 412/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam revogadas as Leis nº 9.318, de 11 de julho de 1990, que criou o município de São José do Ivaí, e nº 9.530, de 09 de janeiro de 1991, que alterou sua redação.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem o objetivo precípuo de revogar a Lei nº 9.318, que criou o município de São José do Ivaí, desmembrado do município de Santa Isabel do Ivaí, e nº 9.530 que alterou sua redação.

A revogação tem fundamento no acórdão nº 10.608 de 01 de fevereiro de 2000, do egrégio Tribunal Regional Eleitoral, que determinou aguardar no arquivo a manifestação da parte interessada.

Na forma constitucional, a criação de municípios está intrinsecamente vinculada ao desejo das respectivas populações, de acordo com os preceitos contidos no inciso II, do artigo 19, *in verbis*:

Art. 19...

I -...

*II - a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de município far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal apresentados e publicados na forma da lei.*

Nestas condições, conclamamos aos nobres Pares desta Casa de Leis a procederem à devida revogação em acatamento da soberana decisão popular.

PROJETO DE LEI Nº 413/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 9.288, de 05 de junho de 1990, que criou o município de Encantado do Oeste.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem o objetivo precípuo de revogar a Lei nº 9.288, que criou o município de Encan-

tado do Oeste, desmembrado do município de Assis Chateaubriand.

A revogação tem fundamento na decisão dos autos nº 10.533, de 01 de fevereiro de 2000, do egrégio Tribunal Regional Eleitoral, que indeferiu o pedido de realização de plebiscito.

Na forma constitucional, a criação de municípios está intrinsecamente vinculada ao desejo das respectivas populações, de acordo com os preceitos contidos no inciso II, do artigo 19, *in verbis*:

Art. 19...

I -...

*II - a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de município far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal apresentados e publicados na forma da lei.*

Nestas condições, conclamamos aos nobres Pares desta Casa de Leis a procederem à devida revogação em acatamento da soberana decisão popular.

PROJETO DE LEI Nº 414/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 9.320, de 24 de abril de 1990, que criou o município de Doutor Antônio Paranhos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem o objetivo precípuo de revogar a Lei nº 9.320, de 24 de abril de 1990, que criou o município de Doutor Antônio Paranhos, desmembrado do município de São Jorge do Oeste.

A revogação tem fundamento no acórdão 20.112, de 21 de novembro de 2003, do egrégio Tribunal Regional Eleitoral, que indeferiu o pedido de realização de plebiscito.

Na forma constitucional, a criação de municípios está intrinsecamente vinculada ao desejo das respectivas populações, de acordo com os preceitos contidos no inciso II, do artigo 19, *in verbis*:

Art. 19...

I -...

*II - a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de município far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação*

*dos estudos de viabilidade municipal apresentados e publicados na forma da lei.*

Nestas condições, conclamamos aos nobres Pares desta Casa de Leis a procederem à devida revogação em acatamento da soberana decisão popular.

PROJETO DE LEI Nº 415/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica denominado de Contorno Milton dos Santos, o Contorno Sul-PR-092, na cidade de Andirá, trecho entre o trevo de saída para Barra do Jacaré até o trevo da BR-369, na saída para o município de Bandeirantes.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

**JUSTIFICATIVA:**

Estamos apresentando o presente projeto de lei com objetivo de denominar como Contorno Milton dos Santos, o Contorno Sul-PR-092, na cidade de Andirá, trecho entre o trevo de saída para Barra do Jacaré até o trevo da BR-369, na saída para o município de Bandeirantes.

Milton dos Santos nasceu em Andirá, em 04 de janeiro de 1961, filho de Ângelo dos Santos e Lourdes dos Santos.

Aos dezoito anos, iniciou seu trabalho na empresa de seu pai, Ângelo, na época denominada Indústria e Comércio de Móveis Santos. Aos 22 anos, com o falecimento de seu pai, Milton assumiu a empresa, como Diretor-Industrial, ao lado do seu primo José Roberto dos Santos.

Superando dificuldades iniciais, Milton e José Roberto conseguiram expandir os negócios e em 1987, surge a Santos Andirá Indústria de Móveis Ltda., em instalações novas, próprias e avançadas. A pequena marcenaria fundada pelos seus pais tornou-se uma das maiores empresas paranaenses, estando entre as cinco maiores do setor moveleiro do país.

Infelizmente, em 10 de março de 2005, Milton dos Santos veio a falecer, ainda moço, vítima de um infarto fulminante!

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição que irá homenagear um cidadão paranaense que muito fez para o progresso do nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 416/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a estadualizar a estrada que liga o município de Cantagalo ao

entroncamento com o município de Goioxim, com aproximadamente 23 quilômetros.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) VANDERLEI IENSEN

**JUSTIFICATIVA:**

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de autorizar o Poder Executivo a estadualizar a estrada que liga o município de Cantagalo ao entroncamento do município de Goioxim.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná já aprovou, em 31 de outubro de 2005, Indicação Legislativa sobre o assunto, que foi enviado ao Sr. Governador, através do Ofício nº 75/05.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do projeto em tela.

PROJETO DE LEI Nº 417/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Assistência Social da Igreja Evangélica Pentecostal Corpo de Cristo, com sede e foro no município de Curitiba-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) VANDERLEI IENSEN

**JUSTIFICATIVA:**

A Assistência Social da Igreja Evangélica Pentecostal Corpo de Cristo, CGC/CNPG nº 07.309.772/0001-59 tem sua sede na rua Alice Vilas Boas da Conceição nº 252, bairro Uberaba de Cima, Moradas Lotigassú I, Curitiba-PR, é um entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que vem prestando importantes serviços sócio-comunitários a coletividade onde atua. Abrange especialmente a população de baixa-renda, promovendo apoio a pessoas dependentes em drogas, tabagismo e alcoolismo.

Sendo assim solicitamos o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de elevado cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 418/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica alterada a razão social da Sociedade São Vicente de Paulo, localizada no município da Lapa-PR, para Lar de Idosos São Vicente.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

O Lar São Vicente de Paulo, situado no município da Lapa, foi fundado em 19 de julho de 1924 e desde então promove a proteção e assistência a idosos que não possuem meios de prover sua própria manutenção.

Em função dos serviços prestados à comunidade lapeana foi declarado, em 1968, de Utilidade Pública. E agora, para adequar-se ao novo Código Civil Brasileiro, passou por uma alteração de razão social.

Em nome da continuidade deste importante trabalho perante a população do município da Lapa, esta pauta merece a atenção e a aprovação dos nobres Deputados.

PROJETO DE LEI Nº 419/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Coral Renascer.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.08.06.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Coral Renascer, fundada em 26 de junho de 2005, com sede na cidade de Pato Branco, é uma organização sem fins lucrativos que tem como objetivo o canto coral, sua divulgação e propagação ao grande público, com personalidade jurídica distinta de seus associados, visando desenvolver entre a comunidade e seus associados, atividades sociais, esportivas, culturais, cívicas, comunitárias e assistenciais.

Dentre seus objetivos: manter um coral polifônico, ministrar cursos de música e canto, promover festivais e concursos de corais, divulgando o canto coral, colaborando com organizações públicas e privadas no desenvolvimento cultural de Pato Branco, bem como junto aos órgãos estaduais, federais, entidades privadas e mistas, com o objetivo de realizar apresentações artísticas.

Por essas considerações, julgo-a apta a ser declarada de Utilidade Pública Estadual por esta Assembléia Legislativa.

### ***Pequeno Expediente:***

Não havendo leitura de Expediente, passamos ao horário destinado ao Pequeno Expediente. Concedemos a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

## ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero trazer algumas preocupações com relação a alguns concursos públicos que estão sendo realizados no Paraná. Mas, antes quero saudar os nossos visitantes, companheiros e companheiras da Sanepar que estão aqui para acompanhar a votação de um projeto. Tenham certeza que o meu voto será favorável. O aumento que está sendo pleiteado de capital pela Sanepar é para que possamos ter o Estado sendo dono de fato daquilo que é propriedade pública.

O que me traz aqui é com relação a alguns concursos que estão sendo realizados no Paraná. E vou encaminhar, no dia de amanhã, um pedido de informações ao Tribunal de Contas para que nos esclareça o que está acontecendo com, particularmente, três concursos.

Um feito em Guaraniaçu, em Pinhão e em Prudentópolis. Porque, coincidentemente nesses três concursos as pessoas, algumas delas foram parabenizadas antes mesmo de sair o resultado. Temos e-mails comprovando isso.

Mas, o que me chamou a atenção foi o trato ocorrido em Prudentópolis quando, na última semana, deveria ter sido feita a festa de aniversário de cem anos de Prudentópolis, os alunos daquela cidade se recusaram a participar do desfile cívico. Isso porque o Prefeito Vilson Santini que havia sido afastado também com problemas de concurso público, por diversas irregularidades, teve pessoas do seu secretariado que foram afastadas também. Ele retornou através de medida liminar e isso causou indignação na população de Prudentópolis.

Prudentópolis me surpreendeu, porque a cidade toda se recusava a participar de uma festividade que contrariava a ética, os princípios da política, contrariava uma série de ações que deveriam ter sido feitas e que, infelizmente, apesar do esforço do Ministério Público, não puderam ser concretizadas.

Por isso, não houve essa festividade. Os alunos se recusaram a participar. Não houve ninguém nas ruas.

Isso me preocupa que comecemos a ter determinados concursos que, na verdade, são concursos com uma única empresa, com coincidências extremamente grandes, pois todos os aprovados...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço desculpas porque houve uma falha na parte do som, que não resolvemos ainda. Com a palavra V. Exa.

O SR. TADEU VENERI (PT)

... concursos esses que, na sua maioria, os primeiros colocados são pessoas relacionadas em nível familiar com Prefeitos e com pessoas da Prefeitura. Dessa forma, começamos a ter algumas dúvidas se, na verdade, aquilo que combatemos aqui, Deputado Rossoni, inclusive com o seu voto, (que foi o combate feito ao nepotismo) não

está tendo uma outra forma mais perversa de legalizar essa relação, que é um concurso onde, antecipadamente, já se sabe quem serão os aprovados.

Obviamente, não podemos nem de longe concordar com tal prática porque, se não fosse criminosa seria no mínimo imoral. Por isso, encaminhamos este pedido de informações. Estamos recebendo diversas denúncias de municípios que estão realizando os concursos e todos os concursos, antes de sair o resultado, já se sabe quem vai ser aprovado. Eram essas as considerações, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Sr. Deputado José Domingos Scarpellini.

### ***Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero, neste momento, prestar uma homenagem à Sra. Olívia Candeu Maresi, de Apucarana, que faleceu na última quinta-feira deixando três filhos, seis netos e dois bisnetos. Catequista, professora, viúva de um pioneiro de Apucarana (Sr. Domingos Maresi), uma pessoa de bem, que fez muito por Apucarana, pelos filhos de Apucarana e por todas aquelas crianças que na catequese da diocese ouviam e atendiam sua orientação. Faleceu e deixou uma lacuna em nossa sociedade.

Obrigado à Sra. Olívia Candeu Maresi, por tudo o que fez aos apucaraneses.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Estive há pouco com o Presidente, Sr. Stênio Sales Jacob, que, juntamente com o Geara, estão neste Plenário pedindo, em nome da empresa, em nome dos paranaenses, o apoio desta Casa a um projeto de lei que se encontra neste Poder.

Como vejo aqui centenas de funcionários da Sanepar que também vêm fazer sua reivindicação, nós, como disse ao Sr. Stênio Sales Jacob, não temos outra coisa a fazer a não ser usar o bom senso. O Presidente da Assembleia, Deputado Hermas Brandão e a nossa Líder, Deputada Cida Borghetti, pediram, e eu, como Deputado da Oposição, não poderia deixar de dizer que aquilo que é de interesse do Paraná e aquilo que é de interesse das boas causas paranaenses, Deputado Dobrandino, temos que estar aqui para dizer o nosso sim.

Concordamos em algumas coisas com a Sanepar, discordamos em outras, pois não podemos, neste momento tão difícil para o Paraná, com a seca que aí está, restringir ou pôr qualquer obstáculo à frente das ações administrativas que a Sanepar precisa executar para poder levar água ao povo paranaense.

Lamentamos sim, que o Reservatório de Miringuava ainda depende de uma audiência pública, coisas da burocracia, para poder começar a ser construído pela

Sanepar; barragem esta que irá nos dar um grande reservatório. Mas, disse também ao Dr. Stênio Jacob e ao Geara, que temos que pensar em outras alternativas com o Rio Areia no município de Mandirituba, como em outros rios que estão fora do contexto de abastecimento de Curitiba, para não deixarmos as gerações futuras nas dependências apenas dessas bacias que aí estão.

Temos o Rio Assungui que é um rio totalmente despoluído, que corta o fundo do município de Campo Largo, passando num canto de Ponta Grossa e indo desaguar no Vale da Ribeira. É uma alternativa válida também para a região metropolitana desta querida e bela capital do Paraná.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao falar sobre isso, quero falar da minha cidade, Apucarana. Quando eu era o Prefeito de lá e o Stênio era Presidente da Sanepar na outra administração, construímos um reservatório no Rio Pirapó que dava um espelho aproximadamente de três alqueires de água. E estamos à beira de um racionamento em Apucarana e o reservatório do Rio Pirapó foi abandonado pela administração que me sucedeu, do vigário Valter Pegorer que lá está. O vigário abandonou durante quatro anos e está lá há doze anos e praticamente está inteiro, sofreu um processo de erosão muito grande e não temos mais água porque o reservatório foi soterrado pela falta de cuidado e de zelo, foram arando a terra e deixando as enxurradas serem levadas sem nenhuma punição aos predadores, que ao redor deixaram o reservatório a zero. E está lá o Stênio Jacob, uma situação para que o senhor ajude a resolver porque o reservatório foi construído com o dinheiro da Sanepar e o dinheiro do município de Apucarana.

E vamos para o racionamento em Apucarana, quando poderíamos usar a água do Rio Pirapó, que é uma água de boa qualidade para atender às necessidades mínimas da população de Apucarana.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eram essas as nossas considerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Caíto Quintana com a palavra.

### ***Deputado Caíto Quintana (PMBD)***

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, estou encaminhando para a Mesa e gostaria de pedir o apoio dos nossos Parlamentares, inclusive, para que a Justiça Eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral, convocasse os juízes eleitorais, ou formulasse claramente uma orientação a todos os juízes, para que tivéssemos uma uniformidade no tratamento, nas mais variadas regiões no Estado do Paraná, sobre aquilo que pode e aquilo que não pode nas campanhas políticas.

Depende da interpretação de cada juiz de comarca, em uma eleição que se apresenta difícil, para poder colo-

car aos eleitores propostas, reuniões e comícios. Cada Deputado - e acredito que isso acontece com todos os senhores e senhoras que detêm mandato e aqueles que estão concorrendo -, em cada comarca existe uma interrupção a respeito do que pode ou não no dia da eleição.

Não pretendo e creio que nenhum aqui pretende descumprir determinações eleitorais. Mas, o que é possível e o que não é possível tem que ser definido de uma forma unitária no Estado inteiro, sob pena de uma campanha, onde o próprio cidadão está desorientado a respeito de como fazer e o que fazer, torna uma situação bastante difícil, para que as campanhas possam atingir a massa da população, que de qualquer sorte, descrente ou não, descontente ou não, vai votar no dia 1º de outubro com a grande responsabilidade de eleger Deputados estaduais, Deputados federais, Senadores, Governadores e Presidente da República.

Em determinados locais você chega, a emissora de rádio acaba tendo receio de entrevistar de um Parlamentar, porque a Justiça Eleitoral não permite. Você chega em um local ou ouve a rádios e vê que em outras comarcas, as entrevistas, desde que não peçam voto e falem sobre o mandato que cada um tem e exerce, pode ser feita. Você chega em uma comarca, em um município, não pode aparecer uma fotografia. Daqui a pouco, um Parlamentar que seja convidado para um casamento, um batismo de um afilhado seu, não pode aparecer na fotografia, porque é interpretado como se fosse uma agressão à Justiça Eleitoral.

Acho que isso precisa ser uniformizado. A Justiça Eleitoral tem convocado mesários e presidentes de mesa e tem orientado a população. Mas, acho que precisa haver uma orientação ao juiz eleitoral de todas as comarcas, para que haja uma uniformização no tratamento, sobre o que pode e o que não pode no Estado do Paraná, para que haja tranquilidade e não haja agressão às regras eleitorais e para que não estejamos sujeitos a sermos amanhã, representados por uma interpretação dada por um juiz eleitoral diferente da outra.

Eu citaria um exemplo, Srs. Parlamentares - acho que devem ter essa dificuldade em muitos locais -, daqui a pouco acontece uma festa municipal, ou é dia do município, ou é uma festa da padroeira, ou uma festa característica do município, existe comarca que acaba sendo proibida pelo juiz eleitoral, que cite o nome de um Deputado que esteja presente, nem sequer a pessoa do cerimonial pode dizer: "Agradeço a presença no evento do Deputado fulano de tal". Ora, somos detentores de um mandato, ou isso pode, ou fique claro que isso não pode! Mas, não pode lá na Comarca "X" e não pode na Comarca "Y". Não pode no interior e não pode nas grandes cidades!

Só quero trazer essa preocupação, Sr. Presidente, para que não haja, no curso da campanha, candidatos a Deputado, que acabem respondendo por processos eleitorais por coisa que não estão escritas dentro da legislação atual. Tem lugar que dá a impressão que se o Deputado

for passar na rua, ele está infringindo a legislação eleitoral. Acho que isso precisa ser disciplinado pelo bem desse ato democrático e obrigatório, que é o cidadão votar e ser votado.

Era essa a colocação que queria fazer e encaminho à Mesa um requerimento e espero o apoio dos Parlamentares para que oficiemos ao TRE, que ele determine em todas as comarcas, para os Juizes Eleitorais, uma uniformização daquilo que é possível e daquilo que não é possível, para que possamos trabalhar com facilidade.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado André Vargas.

### ***Deputado André Vargas (PT)***

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados:

Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, primeiramente para reafirmar a posição, para que não se tenha dúvida, do Partido dos Trabalhadores na votação do Item nº 10 - falava agora com o Deputado Dobrandino - que autoriza ao Poder Executivo a realização de operação de aumento do capital social do Estado na Companhia de Saneamento do Paraná, a Sanepar. Acredito, Sr. Presidente e Deputado Rossoni, que haveremos de ter, ainda que os debates sejam muito importantes, um nível de consenso nessa questão. E até as pessoas, às vezes, identificam determinado Deputado com uma posição de confronto com o Governo do Estado ou com a personalidade do Governador e imagino que por aí você possa identificar as pessoas. Mas, para cima e além das disputas políticas - e estamos aí a quarenta e sete dias da eleição e cada qual tem o seu candidato - acima da próxima disputa eleitoral ou da disputa eleitoral passada, existem os interesses do Estado. Se tivéssemos um ambiente no Paraná com esse espírito de moderação e equilíbrio, certamente teríamos dias cada vez melhores, teríamos momentos cada vez mais adequados para o desenvolvimento do Paraná.

Acredito que a medida em que percebemos que mesmo no calor da disputa eleitoral há uma disposição desta Assembléia de autorizar o Governo a fazer aquilo que é sonho dos paranaenses, ou seja, a consolidação de uma empresa em uma área estratégica como o saneamento para as pessoas, para a saúde das pessoas, nós imaginamos que se há essa disposição para essa causa, haveria também, por parte de outros Poderes e em especial do Executivo, a necessária contrapartida para que o Paraná, não só na área do saneamento, não só na área de energia elétrica, mas na área também de um programa de desenvolvimento industrial, porque nós precisamos, sim, de uma política industrial cada vez mais consolidada; também na área das políticas públicas e se temos ou tivemos, no passado, disputa política nesse ou naquele ponto, mas precisamos avançar daquilo que tivemos, para aquilo que temos e para aquilo que queremos.

Então, o momento eleitoral não pode servir de justificativa para os posicionamentos contrários àquilo que se sonha como ideal para o Paraná. Sou de Londrina e ainda temos lá um caminho longo na renovação dos contratos com a Sanepar; há um debate intenso na Câmara de Vereadores, mas devemos reconhecer que lá em Londrina, assim como em inúmeras cidades, a Sanepar realiza um trabalho importante na garantia seja da saúde pública, seja no bem-estar da população. É claro que obstante o caráter público da Sanepar que este Governo tem reafirmado, e a Assembléia tem dado o seu aval constantemente, eu imagino, Deputado Dobrandino, até na época me pronunciei aqui, V. Exa. também colaborou nesse sentido, lamentavelmente não tivemos um avanço, que isso, o fato da Sanepar ser pública deveria significar também um tratamento melhor do que foi no passado, na época em que era, que tinha o controle majoritário dos chamados franceses, deveria significar para os saneparianos um reajuste salarial, um tratamento salarial mais adequado do que foi no passado.

Portanto, nós imaginamos que esse sinal que a Assembléia pode dar hoje e nas votações seguintes deverá significar também dois aspectos de entendimento: de um lado as prefeituras no sentido das parcerias com a Sanepar, seja no tratamento tarifário, seja também na área ambiental. E, do outro lado, a parceria mais sagrada de uma empresa não é a parceria entre acionistas, seja o acionista público ou privado, mas é a parceria com os servidores, que são os grandes acionistas e que infelizmente nós não tivemos o avanço no reequilíbrio salarial. Mas, isso fica como caminho que deve ser trilhado para os momentos seguintes dos dissídios coletivos.

Ao final, Sr. Presidente, deste momento, quero também levantar a questão, não poderia deixar de fazê-lo, a questão que nós ainda temos pendente. Mas, aos final, lembrar de uma questão que permanece pendente, dia 30 de agosto nós teremos uma grande manifestação dos professores, que é o dia de luto e de luta dos professores, da APP Sindicato, e nós, até lá, precisaríamos finalizar concretamente a equação dos vetos dos Projetos 149 e 150.

Portanto, Sr. Presidente, era isso, reafirmando que nós votaremos favoravelmente ao item 10, a tornar cada vez mais a Sanepar uma empresa pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Grande Expediente, com a palavra o Deputado Cleiton Kielse.

**Deputado Cleiton Kielse (PMDB)**

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Retornamos a esta tribuna no intuito não só de agradecer todos os Parlamentares que já assinaram a favor da nossa Lei de Incentivo ao Esporte, mas reiterando a nossa preocupação para derrubamos o veto que

foi feito talvez sem a informação necessária que deveria ter sido passada ao Secretário dos Esportes, e que infelizmente vetou o nosso projeto. Mas, esse projeto está sendo ancorado não só por três matrizes, da parceria das Federações que aqui se encontram, cumprimentando o Ubiratan Martins - Federação de Atletismo; Rubens Maurílio Gatti - Federação de automobilismo, Presidente; Amarildo Rosa - Federação de Basquetebol; Reynaldo Marso - Federação de Boliche; Federação Paranaense de Boxe - Macaris do Livramento; Federação Paranaense de Capoeira - Mestre Sergipe; Federação Paranaense de Ciclismo - Sérgio Luiz Grasse; Federação de Luta de Braço - Roberto Votto Braga; nossos companheiros também do Desporto Universitário, a quem eu quero parabenizar e a todos os desportistas representantes do Paraná que ganharam em Brasília as medalhas de ouro em basquetebol, futebol de salão e mais quatro modalidades, demonstrando a perspicácia, a determinação e a seriedade desse trabalho; Federação Paranaense de Futebol e Salão - Firmino Dias; Federação Paranaense de Hipismo - Nelson Sabóia, representando pelo amigo Anderson, que está aqui; Federação Paranaense de Judô - Renato e Ivan Duranda, que também estão aqui; Federação Paranaense de Motociclismo - Gilberto Rosa, que se faz presente; Federação Paranaense de Pára-quedismo, Jorge Derviche Filho; Federação Paranaense de Pádel, o Paulo Afonso; Federação Paranaense de Remo, nosso amigo Edson Ache; Federação Paranaense de Squash, Rafael Araújo; Federação Paranaense de Tênis, José Luiz Demeterco; Federação Paranaense de Tênis de Mesa e também citando que nós temos concorrentes à olimpíada até da América do Sul com nosso companheiro que vai nos representar e que não só trouxe vários títulos aqui para o Paraná, o Teixeira da Silva que ganhou medalha de bronze no brasileiro e também o paraatleta, Fabiano Machado que já ganhou em Sidney a medalha de bronze, representante do Paraná.

Todos os companheiros que se fazem presentes, de foot-voley, Fernando Cruz Sanches, de xadrez o Cláudio Taneguchi, o paranaense de beachsoccer, Paulo Roberto, Conselho Regional de Educação Física, o Félix da Vila e todos os demais participantes que sabem quanto é importante este projeto. Um projeto que foi citado pelo Presidente Lula porque nós mandamos à Presidência da República e na análise do Ministro dos Esportes ele diz que é o melhor projeto já confeccionado por um Estado. O próprio Presidente Lula citou, agora na assinatura da Lei de Incentivo, onde fez um paralelo da nossa Lei, criando também abertura de créditos nacionais a 4%, citando aqui que, numa cópia não fiel mas buscando a idéia do Governo do Paraná e de um Projeto Paraolímpico e Olímpico do Paraná o Governo Federal reflete um projeto real aos atletas brasileiros.

Por isso, venho reiterar a nossa preocupação pois precisamos de 28 votos, pedindo ao Deputado Jocelito Canto com quem não conversamos ainda, mas já assinou e aos demais Deputados, para que hoje possamos assinar

juntos com todas as Federações que se fazem presentes, junto com todos os paraatletas que estão aqui, nossos amigos representantes da Confederação e do Comitê Olímpico Brasileiro, meu amigo Benedito Rodrigues de Oliveira que representa, muito bem, os amigos do tênis de mesa mas que faz realmente da sua vida uma luta em favor dos que mais necessitam!

Vamos fazer com que este projeto, Deputado Dobrandino, seja estendido à sua Foz do Iguaçu, às escolas públicas estaduais e municipais para que as Federações possam, com dinheiro do Governo e das empresas, ter sempre a manutenção. Deputado Rossoni, também na sua Bituruna, que possamos trazer de lá atletas que venham defender o nome da sua cidade no Paraná, no Brasil e quiçá no mundo.

Por isso, reitero a minha preocupação, é o último projeto de pauta, até indagando, Sr. Presidente e Deputada Cida, se há necessidade de fazer a inversão para que possamos ter número para derrubar este veto. Tenho a certeza da compreensão de todos os Deputados, do meu irmão, companheiro que sempre nos ajuda em todos os projetos, nosso Presidente das Federações, meu amigo Orlando que está sempre defendendo, lado a lado, todos os projetos que sejam a favor do esporte no Paraná e no Brasil. Por isso, tenho a certeza, vendo o meu primo Robinho, campeão brasileiro de ciclismo que está ali e também faz parte desses atletas idealistas que buscam, a qualquer preço, mostrar o Paraná para o Brasil e para o mundo.

Reitero a V. Exa., meu amigo Hermas Brandão, o quanto V. Exa. também terá participação, na sequência, com um projeto que vamos assinar em conjunto, junto com o Comitê Olímpico e junto com a Federação Paranaense e das Federações aqui, de esportes.

Muito obrigado.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Horário das Lideranças, Bloco PP/PSB, Deputado Scarpellini.

### ***Deputado José Domingos Scarpellini Bloco PP/PSB***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Ouvimos atentamente o pronunciamento do Deputado Caíto Quintana e quero crer que todos os Deputados e todos aqueles que estão disputando mandatos eletivos, pelo Paraná, estão sentindo o mesmo problema. Problema que em alguns lugares a interpretação da legislação é feita por um juiz, por um promotor quer diverge muitas vezes até da orientação do próprio TRE. E diverge, pior do que isso, da própria Lei, porque têm muitos que se sentem autoridades aí pelas comarcas e pelos municípios e querem se colocar acima da Lei e fazem até aquilo que o

Cezar fazia em Roma: “Lei, para que lei”. As leis dos homens foram feitas para que o espírito e a inteligência pudessem viver melhor. A lei eleitoral não foi feita para criar nenhum embaraço na vida dos candidatos, mas, sim, para regulamentar uma disputa eleitoral, para facilitar a fiscalização, facilitar para que haja mais legitimidade nas eleições. Ora, primeiro criou-se um cavalo de batalha em cima de bonés, de pequenos brindes que nos levou a cair nas mãos dos cabos eleitorais, transformando essas eleições numa das mais caras que se tem notícia na história, porque somos obrigados a ficar presos à vontade daqueles que lá no município detêm uma certa liderança. Não conseguimos.

Eu, que sempre levava o meu show aos municípios através do cantor e intérprete Jeca Tatu, que era um cantor que cobrava para fazer sessente apresentações de 25 a 30 mil reais. Agora, estou impedido de levar o Jeca Tatu, que é um artista lá da nossa região, homem simples que atraía um certo público. Agora, vou eu ser o show lá na praça em Faxinal, Borrazópolis, Apucarana. Já não dá mais. Ainda outro dia, brincando lá em Faxinal um caboclo olhou para mim e disse: “Seu Zé Scarpellini, agora ficou difícil a sua apresentação, aqui”. Fui candidato em 74 e tinha todos os cabelos pretos, a primeira vez que me elegi Deputado. Depois em 78, 82, 86 e agora apareço eu lá. Aí ele falou para mim: “A única maneira é se você anunciar que vai fazer um striptease, aí é capaz que vem gente para te ver.” Mas para isso eu não sirvo. “Então você vai ter que andar de casa em casa pedindo voto para o povo, porque não tem outro jeito de reunir na praça”. E não tem mesmo. aí vem a justiça eleitoral e boné não pode dar.

Lá em Apucarana que é a sede das fábricas dos bonés, milhares de pessoas estão desempregadas, porque faziam boné que é um brinde simples, que não era sinônimo de corrupção. E aí matou-se essa indústria de bonés, que fabricava para o Brasil inteiro. E temos que ver certas propostas, Presidente Hermas Brandão, recebi uma proposta de um candidato, Marquinho, conhecido como menino. É candidato a Deputado Federal. Vejamos a proposta do menino: ele propõe duas coisas: é candidato pelo PRTB: um Governo de responsabilidade social, a favor da criação do Estado do Iguaçu. Está fazendo esta campanha, aqui, em Curitiba. É Palotina e está fazendo a campanha em Curitiba, pela criação do Estado do Iguaçu. Dei uma sugestão para ele, vou dar uma enxada e um cabo para ele voltar para Palotina e trabalhar na roça, porque com uma proposta dessa, um único jeito de você ser feliz é com uma enxada escutando o canto da sabiá, do pássaro preto, do niambiguaçu. É voltar para a produção agrícola. Não é feliz a sua proposta.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados... É uma verdade. Vocês estão pensando que é brincadeira, mas é verdade! Ele é de Palotina e vem fazer campanha em Curitiba para a criação do Estado do Iguaçu. Então, vamos colocar os pingos nos “is”. Marquinho, você terá que voltar à produção agrícola.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Eu sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor e amanhã vamos a Guaíra para uma audiência pública com o Ibama para tratarmos do encerramento de uma questão que vem, há mais de doze anos, infernizando a vida de 3.550 famílias que foram despejadas das ilhas do Rio Paraná, o complexo de Ilha Grande, onde foi criado o Parque Nacional de Ilha Grande. O Parque foi criado e foram jogadas fora aquelas famílias que lá moravam. Pequenos produtores, pequenas propriedades agrícolas não foram respeitadas, propriedades agrícolas tituladas pelo Incra inclusive, e esses proprietários nunca viram um centavo. Perderam o seu porco, perderam o cabrito, perderam vacas, perderam as pequenas casas, as mangueiras.

Aquelas famílias que lá moravam, que viviam do seu trabalho, do seu esforço, do seu suor, foram jogadas “ao Deus dará”. Amanhã o Ibama vai levar uma resolução que foi a nossa proposta, a proposta feita pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Paraná, que vai permitir que todo ilhéu que tenha documento, possa vender a sua propriedade para proprietários de terras no continente, na área continental do território do Paraná, para que esses proprietários possam fazer o pagamento de reserva legal das suas propriedades aqui fora do complexo lagunar de Ilha Grande, do Parque Nacional de Ilha Grande.

O Parque Nacional de Ilha Grande é composto por 399 ilhas. Será certamente um dos ambientes mais agradáveis para o ecossistema. Está acima do Reservatório de Itaipu e abaixo da entrada do Rio Paranapanema, no Rio Paraná. Os lugares pitorescos e maravilhosos que lá existem, um verdadeiro paraíso, mas temos que pensar na preservação desse Parque, na preservação do ecossistema, como também temos que pensar no ser humano que lá morava, que precisa ser respeitado, cujas famílias não foram respeitadas, foram jogadas de lá pela polícia, há doze anos atrás, tiradas do seu habitat e jogadas às margens do Rio Paraná, fazendo aumentar o entorno da miséria das famílias e do povo que vive fora do seu lugar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. tem um minuto.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Sr. Presidente, vou para um minuto, para poder homenagear V. Exa. que seria candidato a Vice-Governador do Paraná e que a sua coligação não vingou, mas tem aqui, Presidente Hermas Brandão, o respeito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e a vida é um combate que a fracos abate e que a fortes e bravos, só pode exalar. V. Exa. é um forte, tenha certeza disso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Obrigado.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Pela Ordem**)

Apenas para deixar registrado, fui incitado pelo nosso colega Marcos Menino que foi citado na sua fala pelo Deputado José Domingos Scarpellini e ele confirma realmente as suas propostas em relação aos projetos que pretende encaminhar como Deputado Federal. Acabou de confirmar.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PMR)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho, neste momento, a esta tribuna para solicitar aos nobres Parlamentares, detentores de um conhecimento político muito mais apurado do que esse que vos fala que me auxiliassem no raciocínio de um cronograma que eu passo a relatar neste instante.

No dia 15 do mês três deste ano aconteceu aqui, a duras penas, a eleição para a vaga do Tribunal de Contas, sendo o ex-Deputado Orlando Pessuti, hoje atual Vice-Governador, eleito para essa vaga.

No dia 15 passado, portanto dois meses depois, nada aconteceu e ele não veio a assumir o posto ao qual foi eleito. Motivou-me no dia 8 de maio a fazer uma Emenda à Constituição do Estado, uma PEC com apoio de vários Parlamentares que aqui estão.

No dia 31 de maio também deste ano, este Parlamentar fez um pedido de informações ao Chefe da Casa Civil, pedindo informações que custou a voltar a esta Casa, e quando voltou, no meu ver, voltou profundamente vazio, evasivo, sem sentido a resposta que se esperava para os meus questionamentos. E os meus questionamentos são muito simples. Inicialmente, perguntei qual a data do ofício enviado pela Assembleia Legislativa comunicando o resultado da escolha do Sr. Orlando Pessuti para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas. E exigi a cópia em anexo ao meu pedido de informações e ela veio passado um bom tempo, no dia 28 de junho. O nosso Presidente da Mesa Executiva, no dia 15 de março fez então o comunicado de que Orlando Pessuti havia vencido a eleição para a vaga do Tribunal de Contas.

O segundo questionamento foi o seguinte: qual o número do Ato de Nomeação do Sr. Orlando Pessuti assinado pelo Governador do Estado para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas? E pedi também que se anexasse a cópia do referido. A resposta foi simplesmente essa: “não há. Não há número do Ato de Nomeação”.

A terceira pergunta ou questionamento foi: qual a data da publicação no Diário Oficial do Estado do Ato de Nomeação do Sr. Orlando Pessuti como Conselheiro do Tribunal de Contas? Como não sabia e não tinha certeza se havia o Ato de Nomeação, a resposta não poderia ter sido outra, senão que foi sequer assinado. E o Conse-

lheiro Chefe da Casa Civil, Rafael Iatauro assina esse pedido de informações.

Mediante este relato, breve cronograma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, faço dois questionamentos, em forma de Questão de Ordem, até. O primeiro, Sr. Presidente Pedro Ivo, tendo em vista o que foi relatado, pergunto a V. Exa. como Presidente em exercício ou para o Líder do Governo que representa o Governo do Estado nesta Casa, mediante esta situação, haverá nova eleição? Porque a primeira parece que foi de brincadeira, porque ninguém foi nomeado a nada; ou a pessoa do Deputado Durval Amaral, que foi o segundo mais votado na ocasião, assumiria a vaga? É o questionamento que lhe faço.

O segundo item que quero expor é com relação à nossa PEC, a Proposta de Emenda à Constituição. Não seria oportuno que ela viesse a Plenário para ser votada? E, se ainda não veio, gostaria de saber o que falta ainda para que essa PEC seja votada. Porque penso que ela vem a corrigir esta grande fresta, este grande vácuo neste processo de eleição do Conselheiro do Tribunal de Contas, Sr. Presidente.

Era só.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Pastor Edson, faremos uma consulta ao Procurador Geral da Casa e vamos passar as informações a V. Exa.

**O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PMR)**

Poderia ter uma noção do tempo que isto vai levar? E todas essas respostas serão dadas por escrito?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Caso haja necessidade, serão encaminhadas por escrito a V. Exa. No decorrer desta semana vou consultar o Procurador da Assembléia e passamos as informações a V. Exa. Assim, também solicitamos que V. Exa. possa fazer uso de requerimento por escrito à Mesa.

No horário destinado à Liderança do Governo, concedemos a palavra ao Deputado Dobrandino da Silva, por dez minutos.

### ***Liderança do Governo: Deputado Dobrandino da Silva***

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente quero agradecer a manifestação do Deputado José Domingos Scarpellini e ao Deputado André Vargas com relação ao projeto de lei que será votado hoje, de interesse do povo do Paraná, que aumenta o capital da Sanepar.

Vimos as manifestações da Sanepar com relação à sua importância, porque realmente é uma empresa do Paraná, e sendo do Paraná é do povo.

Quero pedir a todos os Deputados, embora já devesse ter ocorrido, dizer que não é em função de ser o

momento próximo das eleições, o Governo vem cobrando há algum tempo desta Casa a aprovação deste projeto.

Hoje, através de um requerimento que protocolamos na semana passada, de transformar o Plenário em Comissão Geral, será votado hoje. Quero pedir o apoio de todos os Deputados e dizer que realmente é um projeto de interesse público muito relevante para o Paraná. Tenho certeza que teremos unanimidade, imagino, na votação desse projeto, dada a importância.

E parabenizar e agradecer a presença dos funcionários da Sanepar e principalmente a do Presidente, Stênio Jacob, que tem feito um esforço enorme na condução da Sanepar, junto com os servidores, uma das melhores empresas do país na prestação do serviço público. Quero parabenizar a Sanepar e dizer que nós, desta Casa, não mediremos esforços quando se tratar de um interesse como esse.

Então, hoje estou muito feliz de termos a votação desse projeto, com certeza, como eu disse, a unanimidade da aprovação, dado ao interesse público.

São essas as palavras que eu gostaria de colocar a vocês. E dizer, por outro lado, ao Deputado André Vargas, alguns questionamentos - e respeitamos muito - a Sanepar vem mantendo entendimento com os seus funcionários através das representações dos seus sindicatos.

Conversei aqui do meu gabinete da Liderança do Governo várias vezes, sempre recebi os Presidentes dos mais diversos sindicatos, e também conversamos com a direção da Sanepar no sentido de manter o entendimento. Isso foi feito e teve, sim, alguns avanços e esses avanços nem foi a Sanepar quem informou à direção, mas sim a representação de sindicatos nos falaram que houve avanço, embora se não o ideal, mas houve realmente avanço nesse sentido e o grande avanço é quando há vontade política de sentar à mesa e discutir a questão. Isso houve e continua essa vontade da Sanepar, essa disposição de discutir.

Então, já houve alguns avanços importantes para os servidores. A reivindicação deles é justa, e a Sanepar, com certeza, agora com a aprovação desse projeto, hoje terá ainda mais e melhores condições de discutir com os seus funcionários. Os funcionários são um patrimônio importante da Sanepar pelo grande serviço que eles fazem, por isso o nosso esforço para que sempre que possível a Sanepar possa atender às suas reivindicações, embora a Sanepar tenha as suas limitações, mas é uma empresa que nos dá orgulho de vir à tribuna da Assembléia defendê-la, porque é, como eu disse, uma grande empresa, uma das mais importantes para o povo do Paraná.

Então, quero dizer a vocês que contem com o nosso apoio sempre aqui na Plenária da Assembléia. Eu, desde Vereador já defendia a Sanepar do meu Município, e aqui na Assembléia sempre assumi a condição de defender a Sanepar pela grandeza que é.

Então, parabéns a vocês servidores, parabéns ao povo do Paraná que tem hoje na direção da Sanepar a independência e a luta pelos seus interesses.

Muito obrigado.

## ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 47 Srs. Deputados.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Indicação nº 021/06, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente, propondo a prorrogação da licença-maternidade por 180 dias (seis meses) às servidoras públicas do Estado do Paraná e conceder incentivo fiscal às empresas privadas que adotarem o mesmo procedimento. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 022/06, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente, solicitando que seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, para que envie Mensagem a esta Casa Legislativa autorizando conceder reposição salarial aos professores e funcionários da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projetos de lei em nº de 04 (quatro) de autoria do Deputado Ailton Araújo, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 09 (nove) de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, devidamente apoiado, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não foi nos dada a oportunidade de fazer um aparte durante o pronunciamento do Líder do Governo, Deputado Dobrandino da Silva. Mas, gostaria de deixar registrado, em nome da Bancada do PDT, que todos os Deputados da nossa Bancada são favoráveis ao projeto que será analisado na tarde de hoje nesta Casa, permitindo o aumento de capital da Sanepar.

Fui relator do projeto que permitiu a volta do controle acionário da Sanepar, inclusive fizemos um parecer favorável, por entender que o interesse público estava sendo respeitado naquela oportunidade. O próprio Presidente do nosso Partido, Senador Osmar Dias, manifestou a sua posição favorável a esse projeto naquela época.

Portanto, votaremos a favor, toda a Bancada do PDT fechada nessa questão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Requerimento nº 1896, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial de Investigação - CEI, composta de 07 (sete) membros, para que, no prazo de 90 (noventa) dias, proceda avaliações sobre os impactos econômico-financeiros, turísticos e sociais, gerados na região do município de Foz do Iguaçu, pelas medidas restritivas e organizacionais do Governo Federal, de controle de passagem pela Ponte da Amizade Brasil-Paraguay. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1855, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando à Mesa a designação de missão oficial para representar a Assembléia Legislativa, no dia 23 de agosto de 2006, no município de Foz do Iguaçu, na abertura da XVI Convenção Anual da Federação de Associações Comerciais e Empresariais do Paraná - Faciap, sem ônus para esta Assembléia Legislativa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1915, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, com apoioimento dos Deputados Francisco Bühner, Luiz Nishimori, Neivo Beraldin e demais Deputados, constantes do expediente, solicitando a transformação da Sessão Plenária do dia 15.08.06 (terça-feira), em Comissão Geral para a 2ª votação da Mensagem nº 014/06, Projeto de Lei nº 067/06, de autoria do Poder Executivo. **Recebido; Protocole-se; Conforme artigo 107, parágrafo 2º, do Regimento Interno, decorrido o prazo de 24 horas, incluir o requerimento para deliberação em Plenário.**

Requerimento nº 1849, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, com apoioimento dos Deputados Luiz Fernandes da Silva Litro, Natálio Stica, Hermas

Brandão e demais Deputados, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando a transformação da Sessão Plenária do dia 14.08.06 (segunda-feira) em Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 014/06, Projeto de Lei nº 067/06, de autoria do Poder Executivo. **Aprovado.**

**O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Transformar o Plenário em Comissão Geral para votarmos o aumento do capital da Sanepar neste momento, já que estamos às vésperas da eleição, não parece sequer razoável. Efetivamente, temos muitas dúvidas a respeito deste projeto.

No passado já votamos um aumento de capital, já autorizamos e já se transformou em lei no Estado do Paraná. Já aprovamos na Assembléia Legislativa um Decreto Legislativo propondo ou autorizando que seja revisto o pacto de acionistas, e não me parece que agora, às vésperas da eleição, sem aprofundarmos uma discussão, sem aprofundarmos o debate, seja sequer razoável transformar o Plenário em Comissão Geral.

Como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, não posso concordar. Sei que a Oposição é minoria, mas fica aqui o meu protesto. O projeto poderia ser, com certeza, amplamente discutido na Comissão de Constituição e Justiça; poderia ser baixado em diligência; poderia receber parecer favorável ou contrário; mas tudo dentro da Comissão de Constituição e Justiça.

Estamos a quarenta e cinco dias da eleição e, surpreendentemente, transforma-se o Plenário em Comissão Geral. Tenho certeza que a maioria dos Srs. Deputados em campanha não conhecem em profundidade o teor deste projeto e o que vão votar neste momento, e não serão os debates travados nesta tarde, se houver debates, que irão esclarecer os Srs. Deputados.

Faço um apelo, talvez um apelo único, talvez um apelo que não encontrará eco entre os demais Srs. Deputados, mas são muitas dúvidas que pessoalmente tenho e que, com certeza, os Srs. Deputados as têm também. Por isso, vamos discutir plenamente na Comissão de Constituição e Justiça; vamos debater a exaustão esse tema e só depois poderemos trazer esta matéria ao Plenário e aí, sim, os Parlamentares terão amplas condições de discutir este assunto e até mesmo aprovar.

Parece-me que transformar o Plenário em Comissão Geral é passar um atestado de que não queremos nos aprofundar nessa discussão tão importante para toda sociedade paranaense.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. NATÁLIO STICA (PT) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas:

Na verdade, entendo a preocupação do Deputado Durval Amaral, o Deputado que tem um zelo muito grande pelo nome desta Casa e dos Srs. Deputados, porém quero lembrar e está inclusive na Ordem do Dia de

hoje, Sr. Presidente, a Mensagem enviada pelo Sr. Governador Roberto Requião que data de março de 2006.

Portanto, em primeiro lugar, não é um projeto que entra às vésperas de uma eleição por desejo do Governo; foi enviado em março de 2006 e tramita nesta Casa desde essa data. Assim, com tempo hábil analisado pelas comissões, pelos Srs. Parlamentares, e não pode ficar aqui como uma marca de que veio em véspera de eleição.

É um projeto que visa a melhoria dessa empresa e, principalmente, do meio ambiente do Estado do Paraná, pois se trata de uma verba que já está destinada, rubricada, depositada e que só falta, porém, fazer uso dela.

Não vou tomar o tempo dos senhores, mas só me permito ler um parágrafo da Mensagem para que deixe muito claro um dos objetivos e o principal deles desta mensagem: O plano de lei em referência atende, sem qualquer dúvida, aos superiores interesses públicos e assim sendo motiva o Governo a promover melhorias nas condições sócio-ambientais, através do saneamento e tendo em vista que o Estado é possuidor de bom volume de recursos financeiros, contabilizados em conta AFAC, ou seja, créditos para futuros aumentos de capital e de dividendos não retirados na Cia. de Saneamento do Paraná, a Sanepar, cujos montantes constam do Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2005. E considerando a impossibilidade desses recursos retornarem aos cofres estaduais sem que prejudiquem os investimentos necessários ao setor de saneamento.

Portanto, está aqui explicado, veio em março deste ano, a verba já está carimbada, o dinheiro vai ser usado para ajudar o meio ambiente e o saneamento do nosso Estado. É mais do que justo, é mais do que importante, e é por isso que estamos recebendo apoio de todas as Bancadas neste projeto. Como bem disse inclusive, o Deputado André Vargas, quando se pronunciou, que independente de cor partidária, de campanha, o que prevalece é o interesse do Estado do Paraná e por isso terá o nosso apoio.

Queria deixar claro para que não fique nenhuma dúvida e nem que venha com um carimbo que é um projeto que vem às vésperas de eleição pois, não o é. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Para Encaminhar a votação, Deputado Rafael Greca.

**O SR. RAFEL GRECA**

Sr. Presidente, não vou usar os dez minutos, mas farei uma breve intervenção.

O que estamos discutindo e encaminhando, é o aumento do capital social da Sanepar. E este projeto de lei, como já disse o Deputado Natálio Stica, está na Casa desde o começo de março deste ano. São, portanto, cinco meses e dez dias, cento e sessenta dias.

Gostaria de saber quem foi o “João-Gaveta” que engavetou este projeto de interesse público na Comissão de Constituição e Justiça.

Porque do Governo não vem e nem da Bancada do Governo. Muito menos do Governador Requião o propósito de fazê-lo votar em véspera de eleição.

O que há aqui é a defesa do mais legítimo interesse público. É o cumprimento de um preceito já consagrado no direito romano. O direito à água sagrada, como patrimônio assegurado pelo Estado aos cidadãos. A água da cidade não poder ser objeto de taxaço visando o lucro. O mais é imoralidade. E se não votarmos isso hoje, aí, sim, pesará sobre nós a dúvida se em véspera de eleição não estaremos servindo a outros interesses que não aos sagrados interesses do Paraná.

O Governador Requião não retirou os lucros, exatamente para aumentar o capital social da Sanepar. E nas vilas e bairros mais pobres de Curitiba, e em todos os lugares do Paraná onde há as tarifas da água de cinco reais pela água e dois reais e cinquenta pelo esgoto, o clamor é único em favor desta medida de governo, em favor deste Governador que reconhece a Sanepar como nosso patrimônio. Os mananciais da serra, a água que virá na chuva, que se Deus quiser cairá quarta-feira e por todo o final de semana, são a bênção de Deus a essa província fluvial. Não tem cabimento um Estado que tem água até no nome, entregue a sua água à usura do capital estrangeiro. Vamos votar, sim contra “João Gaveta”, contra o engavetamento da CCJ, a Comissão Geral e a transformação dos lucros da Sanepar auferidos pelo Governo, capital social de uma empresa do povo paranaense.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quero me manifestar neste momento a favor da mensagem do Governo do Paraná, porque efetivamente ela atende ao interesse público.

Em um passado recente, a Sanepar perdeu parte do seu capital vendido por 249 milhões a menos do seu valor patrimonial, sem contar marca, tradição, faturamento. Enfim, a Sanepar naquela época foi vendida por uma mixaria perto de sua importância.

Agora, vamos votar a favor do Governo, para que ele dê esse aumento no capital da Sanepar, para dar a ele a oportunidade de distanciar-se daquele grupo que monopolizou os interesses desta, tendo em vista que naquela época mudaram o estatuto da empresa, para dar o mando a um grupo privado. Isso foi um crime contra o patrimônio público do Estado do Paraná. Isso também não exime a atual administração da Sanepar, de não nos informar sobre os nossos requerimentos na condição de Presidente

da Comissão de Fiscalização e Controle da Assembléia Legislativa.

Solicitei os documentos, em nome da Comissão, em relação à Empresa Pavibras, há mais de oito meses e, infelizmente, esses documentos aqui não chegaram. Já que o Presidente está aqui na Casa, que escute de nossa voz, que ele precisa prestar contas a este Poder. Porque há fortes indícios de irregularidades nas obras do litoral, através dessa empresa Pavibras.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, acho que há uma praxe de que os procedimentos em votação, nós os votemos. Diversos companheiros já levantaram com propriedade as razões, pelas quais se transformou em Comissão Geral o Plenário desta Casa, para que pudéssemos votar o aumento de capital da Sanepar.

No entanto, a Casa Legislativa, para aqueles que nela comparecem e pela imprensa que reproduz as matérias que aqui passam, precisa ter o conhecimento das razões de governo, para a solicitação desse aumento de capital.

Eu só queria lembrar, aqui, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, que a Sanepar é um empresa pública, com sócios privados e, conseqüentemente, esses sócios privados detêm uma quantidade de ações sobre a empresa, portanto, participando dos seus lucros. É bom lembrar que até bem pouco tempo atrás a Sanepar estava sob o controle da administração dos sócios privados minoritários, tendo inclusive o lucro como um dos objetivos principais. Uma empresa que não pode trabalhar no vermelho e que não pode ser deficitária, mas que não pode pensar única e exclusivamente no lucro, porque a água talvez seja a maior referência de vida, com a necessidade cada vez maior do que os centros da cidade, os bairros de periferia, as camadas mais pobres que estão nos bairros, o interior, os nossos distritos do interior do Estado do Paraná assolados pela seca no dia de hoje, onde se percebe a grande necessidade de forte investimento para que se possa levar pelo menos um ponto de água em localidades habitadas no interior, para socorrer situações como essa.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, o que faria um Governo majoritário que tivesse o interesse de captar o recurso da empresa para o Tesouro do Estado, para investimentos em outras obras? Seguramente assim o faria. O que está fazendo o Governo do Estado do Paraná?

Com aquilo que o Paraná detém como lucro seu de sócio majoritário dentro da Sanepar, ao invés da retirada desse recurso, está pedindo que esse recurso seja reapli-

cado na empresa como aumento de capital. Se isso for feito e se isso acontecer, além de aumentos do capital público na Sanepar, estaremos obrigando os sócios privado minoritário a acompanhar esse aumento de capital, sob pena de ficar com um percentual menor na empresa. Então, se esta Casa aqui, formada por cinquenta e quatro Deputados, efetivamente representa os anseios do povo do Paraná, não há porque pensar em não votar SIM, pela transformação deste Plenário em Comissão Geral e na aprovação do aumento de capital. Se tivéssemos votando para que o Governo retirasse o seu lucro da Sanepar para o Tesouro, seguramente muitas vezes se levantariam e com razão, para que não descapitalizássemos a empresa. No entanto, o que se quer é permanecer com o lucro que o Estado majoritário tem e reinvestir na companhia e fazer com que o sócio privado, que tem lucro pelo trabalho e pelo consumo do povo do Paraná, coloque dinheiro também ou diminua as suas ações em uma empresa que é pública, será pública e tem que ser pública.

Faço um apelo como demonstração que os Deputados do Estado do Paraná, independente de Situação ou Oposição, ocupam aqui uma cadeira, representando os anseios e os direitos do povo paranaense e que votemos este Plenário como Comissão Geral e que votemos esse aumento de capital o quanto antes, para que possamos minorar mais ainda as dificuldades de água do povo do Paraná.

É isso, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

Fica registrado o voto contrário dos Deputados Durval Amaral e Elio Lino Rusch.

Requerimento nº 1923, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, com apoio dos Deputados Nelson Garcia, Barbosa Neto, Cida Borghetti e demais Srs. Deputados, solicitando a Inversão da Pauta da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

## ***Discussão/Votação***

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## ***Discussão Única (Proposições)***

### **ITEM 11**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 037/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 243/05, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que institui o Programa Estadual de Fomento e Incentivo ao Esporte Amador, Olímpico e Paraolímpico. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (Publ. no DA nº 035/05, de 02/05/05)

OF/CTL/CC Nº 073/06

Curitiba, 04 de maio de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 037/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 243/05, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir o Programa Estadual de Fomento e Incentivo ao Esporte Amador, Olímpico e Paraolímpico, concedendo abatimento no imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços e transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, conforme específica, às empresas que apoiarem financeiramente o Programa.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre da inconstitucionalidade do mesmo eis que, por implicar em renúncia de receita, desatende determinações da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e, com isso, fica caracterizada indiscutível ofensa ao artigo 163 da Magna Carta da República. Tal ponto de vista é detalhadamente defendido pela Paraná Esporte, através do Parecer Jurídico nº AJ/080/06, cujo inteiro teor, por cópia autêntica, segue em anexo, como peça integrante das razões do veto ora apostado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 037/06**

### **P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 243/05, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, objeto de veto do Exmo. Sr. Governador do Estado, que institui o Programa Estadual de Fomento e Incentivo ao Esporte Amador, Olímpico e Paraolímpico.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal, e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.05.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício

HERMES FONSECA - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito à 1ª Secretária Deputada Cida Borghetti, para que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)  
(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)  
Quarenta e quatro Srs. Deputado votaram.  
Solicito aos Srs. Deputados Elton Carlos Welter, Chico Noroeste e Waldir Leite para que procedam ao escrutínio dos votos.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)  
Trinta e nove votos NÃO; cinco votos SIM.  
Está derrubado o veto e mantido o projeto.

## **1ª Discussão**

### **ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 067/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/06, que altera a redação do artigo 1º, da Lei Estadual nº 14.452, de 07/07/04, que dispõe sobre a realização de operação de aumento de capital social do Estado na Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar. SEM PARECERES. (**Publ. no DA nº 009/06, de 07/03/06, em Mensagens**)

**Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (**Para Discutir**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vamos iniciar a discussão neste momento, do aumento de capital da Sanepar. É efetivamente uma matéria polêmica. Encaminhei contra a transformação do Plenário em Comissão Geral, pela posição que ocupo, de Presidente da CCJ, mas confesso, fiquei surpreso com dois encaminhamentos que foram feitos e gostaria de pedir auxílio aos Deputados Natálio Stica e Rafael Greca, porque certamente eles poderão esclarecer coisas que eu não encontrei e automaticamente é o momento próprio para discussão no Parlamento, os argumentos e os convencimentos. Quem sabe, Deputado Rossoni, eles consigam me convencer.

Por exemplo, o Deputado Natálio Stica disse que a verba já estava depositada, que já estava carimbada para o aumento de capital. Não vi isso no projeto, não vi isso na exposição de motivos. Acho até que ele, equivocadamente confundiu o termo “depositada” com “contabilizada” porque é isso que fala a exposição de motivos do projeto. Não existe verba depositada. Não existe verba já alocada na Sanepar para este aumento de capital e eu quero que o Deputado Natálio Stica me contradiga neste momento.

Ouvi também o Deputado Rafael Greca dizendo que desde o começo de março e que na CCJ havia um tal de “João gaveta”. Deputado Rafael Greca, V. Exa. que reputo um dos homens mais inteligentes e mais preparados da Assembléia Legislativa, que se está desde março na CCJ, isso presume que esteja desde março na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e esse projeto foi

publicado no Diário da Assembléia. V. Exa. naturalmente estudou com profundidade essa matéria e vou lhe dar o aparte e gostaria que prestasse atenção, para depois não ficar sem resposta e daí, toda cultura, toda inteligência, todo conhecimento sobre essa matéria poderá ser colocada em questionamento por todos nós Parlamentares e pelos funcionários que aqui estão.

Deputado Rafael Greca: qual o valor unitário das ações? Qual o montante que estamos fazendo esse aumento de capital? O projeto está na Casa desde março. V. Exa. certamente conhece. O senhor poderia me responder? Estou lhe dando um aparte. Márcio, por favor, não assessoro o Deputado neste momento, porque senão vão pensar que V. Exa. sabe mais do que o Deputado Rafael Greca. Vai precisar assessorar? Márcio, o Deputado Rafael Greca é uma cultura, uma enciclopédia ambulante! Por favor, Deputado Rafael Greca, qual é o valor unitário das ações? O Deputado Rafael Greca está buscando informações com a sua assessoria, porque o projeto está desde março na Casa. Foi engavetado na CCJ, mas ele não o estudou e não o leu. Precisa de mais tempo, Deputado Rafael Greca, para me responder duas perguntas básicas: qual o valor unitário das ações e qual o montante do capital social, já que V. Exa. fez um discurso tão bonito? Tem condições de me responder, Deputado Rafael Greca, ou a Assembléia vai votar isso aqui sem saber o que está votando?

Por favor, com a palavra o Deputado Rafael Greca.

**O Sr. Rafael Greca (PMDB)**

A Assembléia sabe o que está votando.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Então o senhor responda às duas perguntas.

**O Sr. Rafael Greca (PMDB)**

A Assembléia está votando a transformação, a restituição da Sanepar, em empresa pública. A Assembléia está votando no interesse do povo do Paraná.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Qual o valor da ação?

**O Sr. Rafael Greca (PMDB)**

Eu não sei o valor da ação. Não sou papagaio para ficar respondendo o seu inquérito, Deputado Durval Amaral. Agora, devolver a Sanepar ao controle do Governo do Paraná, parece-me do maior interesse e tenho confiança suficiente no Governador Requião para embasar-lhe a mensagem e apoiá-la, mesmo sem saber o valor de hoje das ações de mercado. Estamos atrás de um projeto de Nação, Deputado Durval Amaral, não de um projeto de mercado.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Não, não. Quero o valor que está estipulado no projeto.

**O Sr. Rafael Greca (PMDB)**

Estamos atrás de um projeto de Nação, Deputado, não de um projeto de mercado!

**O SR. DURVAL AMARAL (PFL)**

Agradeço o aparte que lhe concedi.

V. Exa. me assegura a palavra, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Só fiz esse contraponto porque pelo ataque desferido pelo Deputado Rafael Greca, que a Assembléia tinha pleno conhecimento do projeto, e que ele havia sido engavetado na CCJ.

Ora! O projeto está na Casa para ser discutido e estudado por todos os Srs. Deputados. A resposta está muito simples. Não está estipulado no projeto, Deputado José Maria, o valor unitário das ações. Não está estipulado o total do aporte de capital.

As nossas diferenças, certamente, Deputado Rafael Greca, é que na gaveta não ficou, porque estudei o projeto e por isso sei o que estou falando. Alguns certamente se divertem com a sua própria gaveta, eu não. E a CCJ também não. Isso tem que ficar muito claro aqui na Assembléia Legislativa. Não adiantava vir aqui agredir Parlamentar ou insinuar quando não estudou, não se debruçou sobre a matéria.

O Governo do Paraná rompe os contratos a todo o momento. Isso gera um passivo para o Estado. Isso gerará indenizações em um futuro próximo e não posso aceitar que nós, Parlamentares, vamos votar transformando o Plenário em Comissão Geral, o aumento do capital da Sanepar. E sequer sabermos qual é o valor unitário, porque não está estipulado.

Não sabemos qual é o montante total do aumento de capital, porque isso não está estipulado. Mas, Deputado José Maria, vamos votar, mesmo o Governo do Estado não cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Deputado José Maria, nós todos poderemos, num futuro próximo, acionados por uma ação popular ou por uma ação civil pública, sermos também responsabilizados, porque estamos, sim, votando às vésperas da eleição sem nos debruçarmos sobre a matéria. Já votamos um aumento de capital aqui no ano passado e na lei anterior veio estipulado o valor unitário das ações e o valor total do aumento de capital. Eu ouvi aqui, e fui informado pela imprensa que o aumento de capital pode ser na ordem de tantos milhões.

Ora, sou Parlamentar! O Governo tem obrigação de informar a Assembléia Legislativa. Não posso vir aqui votar com a gaveta! Não posso, apesar de alguém ou alguns usarem desse expediente.

Estamos, Srs. Deputados, abrindo mão da nossa prerrogativa. Estamos delegando poder. Como Parlamentar na Assembléia Legislativa, independentemente de Situação ou Oposição, nunca aceitei delegação de poder do Legislativo para o Executivo. Agora, Srs. Deputados, como posso aceitar votar um aumento de capital sem saber em quanto importa sem saber o valor unitário da

ação. E como eu, que fui eleito pelo povo do Paraná para fiscalizar e para acompanhar e não votar aqui com a gaveta, como posso aceitar que estamos dando um cheque em branco. Olhem só a gravidade. Talvez os Deputados que tenham estudado essa matéria saibam do que estou falando. Estamos autorizando, dando um cheque em branco para que o Conselho de Administração da Sanepar proceda ao aumento de capital ou faça uma proposta de aumento de capital para a Assembléia Geral dos acionistas.

Srs. Parlamentares, não fui eleito Parlamentar para isso. Não fui! Sinceramente não fui, não aceito, acho um absurdo essa nossa omissão. Não há que se discutir se a Sanepar é do Governo do Paraná ou do povo do Paraná; a Sanepar tem participação dos acionistas minoritários. Não estou aqui para defender interesses nem do Governo do Estado e nem dos demais acionistas. Mas, estou aqui para exercer minha prerrogativa de Parlamentar, para exigir o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, para exigir que o valor unitário das ações seja colocado no projeto, para exigir para que, pelo menos - Deputado Neivo Beraldin, o senhor que é Presidente da Comissão de Fiscalização - informe de quanto é que estamos aumentando o capital da Sanepar.

Não posso vir aqui para ouvir besteira - que me desculpe, o apreço que tenho pelo Deputado Natálio Stica - quando ele veio me contradizer dizendo que o recurso já estava depositado. Pelo amor de Deus! Vá ler o projeto, pelo menos!

Quando se fala em contabilizar, nada em recurso depositado. Aí vão dizer, depois: "não, porque o Deputado Durval Amaral está defendendo..." Não, senhor! Estou aqui exercendo o meu papel. Mas, aí vão falar: "não, porque a Sanepar vai voltar a ser do Governo do Estado do Paraná, do povo do Paraná".

Com todo o respeito que tenho pelas inteligências brilhantes que nos ouvem, neste momento: o Governador do Estado tem 60% da Sanepar...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Convido V. Exa. a concluir. Não temos, hoje, o controle.

**O SR. DURVAL AMARAL (PFL)**

Mesmo sem o tempo, sem o controle, se V. Exa. me dá um minuto, vou concluir.

Teria muito mais coisas a dizer e não quero ser deselegante com os demais Srs. Deputados a quem tenho tanto respeito e apreço. Perdoe-me, Deputado Vanhoni, não poder lhe conceder o aparte, neste momento, mas acredito que outros mais poderão discutir e encaminhar.

Veja só, nobre Deputado Presidente, não estou dizendo em nome de outros Parlamentares. Estou só colocando porque é que a CCJ não deu o parecer nesta matéria, porque não posso aceitar insinuações maldosas de pessoas que não se preparam ou não se prepararam para discutir esta matéria. Então, isto não posso aceitar.

Quanto ao mérito e quanto à votação, vamos aguardar a posição do Líder das Oposições para saber se a Oposição vai votar favorável ou contrariamente a este projeto. Mas, que é um desrespeito à Assembléia Legislativa, isto é. Faço questão de deixar registrado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni, para encaminhar.

**O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Entendo as razões do ponto de vista do trâmite na CCJ que o Deputado Durval Amaral levanta como alguma objeção. Mas, do ponto de vista do mérito, desculpe-me Deputado Durval Amaral, mas não posso concordar com sua atitude e nem com aquilo que o senhor está defendendo, porque todos nós sabemos que a Sanepar, o governo ao aumentar o capital, ao pegar os recursos que devem ser do Tesouro do Estado do Paraná e proceder ao aumento do capital na empresa, esta atitude do Governo do Estado do Paraná tem duas conseqüências, e nós sabemos quais são.

Em primeiro lugar, faz com que o povo, a maioria, o Estado, a sociedade fique com o controle majoritário da empresa de uma forma mais clara, mais inequívoca. E de outro lado, Deputado Durval Amaral, tem uma conseqüência que atinge o setor privado, que são os três sócios da Sanepar: o Banco Oportunidade, a Andrade Gutierrez e o Grupo Vivandi, da França, e a Copel, que é minoritária. E V. Exa. sabe disso.

Então, se esses grupos quiserem mandar na Sanepar, se quiserem, terão que tirar dinheiro do bolso, dinheiro dos seus recursos, e acompanhar o Governo do Estado do Paraná, que em nome do povo está fazendo aporte de capital.

Então, não posso entender como é que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, neste momento, que é um momento de orgulho para nós, paranaenses, porque o Governador age corretamente do ponto de vista do interesse coletivo, do ponto de vista do interesse da maioria do povo do nosso Estado, porque esta é uma empresa pública, tem um papel social relevante, que diz respeito a tratamento de água, abastecimento de água, a canalização e tratamento de esgoto, quer dizer, tem um papel ambiental fundamental no Estado do Paraná.

Então, este é um momento relevante da história do Poder Legislativo e do Poder Executivo que restitui o papel da Sanepar do ponto de vista acionário, do ponto de vista financeiro, o qual ela sempre teve, e que por descaminhos em períodos passados a Sanepar estava trilhando um processo de privatização. Eu acho que o Governador Requião está correto em mandar essa Mensagem para cá, aqueles que questionam eu não acredito que tenham visões diferentes.

Não posso entender como que o Governador do Estado, que tem algum Deputado estadual, que ache cor-

reto que o Governador Roberto Requião não pegue os lucros e os dividendos que foram auferidos em aporte de capital, porque se o Governador não fizer isso, na realidade está apostando de uma maneira fraudulenta, contra a sua convicção, no processo de manutenção da empresa nas mãos da iniciativa privada, e prejudicando o seu desenvolvimento e a sua atuação no que diz respeito à sua finalidade, que é promover o bem-estar da sociedade paranaense.

Então, Deputado Durval, acredito que V. Exa. pode ter alguns problemas na tramitação do processo lá na CCJ, mas no Plenário da Assembléia Legislativa eu não concordo com V. Exa. no que diz respeito ao mérito do projeto.

O controle acionário, o valor da ação, se é o conselho, a Assembléia dos detentores, dos acionistas, que vai definir o percentual ou não, essa é uma questão que no nosso entendimento não é a questão central, é a questão central para a Vivandi, para o grupo privado, o grupo privado quer de qualquer maneira que um projeto como este não tramite na Assembléia Legislativa; que esta autorização não seja fornecida para o conselho de administração, porque se a Assembléia negar essa autorização é lógico que os interesses do grupo privado lá na Sanepar vão ficar consolidados.

Não acredito que os interesses do grupo Vivandi, do Banco Oportunidade e lá dessa grande empreiteira que é a Andrade Gutierrez, possam se sobrepor aos interesses da maioria da população do nosso Estado.

Por isso, peço aos meus companheiros do PT, aos companheiros da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que votem a favor do povo, votem a favor da transparência, a favor de uma empresa pública, que ao longo da sua história foi orgulho para os paranaenses, não apenas na sua finalidade que é cuidar da saúde e da vida do povo do Paraná, mas enquanto empresa, empresa muito bem gerida, alcançando todo o desempenho do ponto de vista de competência, longamente já consignado na história empresarial do nosso Estado e do nosso país.

Por último, quero fazer uma sugestão ao Presidente da Assembléia, Deputado Hermas Brandão, qualquer dúvida a esse processo, está presente aqui na Assembléia o Superintendente da Sanepar, o Sr. Stênio Jacob, e a Diretoria da Sanepar também, qualquer dúvida que algum Deputado tenha sobre qualquer processo, gostaria que o Presidente, se porventura for da opinião dos Deputados, pode convocar qualquer técnico da Sanepar para qualquer esclarecimento junto à Bancada que tiver qualquer questionamento.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Com a palavra, Deputado Valdir Rossoni, para encaminhar.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero aqui restabelecer, dentro da minha convicção, o posicionamento do Deputado Durval Amaral. Ele se sentiu ofendido quando falaram que o projeto ficou engavetado na CCJ. É importante ressaltar, veja como a contradição já vem em cima, Deputado Caíto, este projeto, nós transformamos o Plenário em Comissão Geral, todos sabemos e não podemos atribuir ao Deputado Durval a não votação desse projeto.

Todos sabemos que aqui o projeto só anda quando a maioria vota. O Governo também tem a maioria absoluta para transformar este Plenário em Comissão Geral. Já o transformou e já está votando.

Gostaríamos que o Governo encaminhasse a esta Casa qual o valor do aumento do capital. Nunca vi um projeto de lei aqui ser aprovado sem saber o valor do aumento do capital. Não há necessidade de esconder não, nenhum aporte de capital por parte do Governo. É apenas um instrumento contábil para aumento de capital.

Em nenhum momento estamos questionando o aumento de capital. Porque aqui nesta Casa quando se quer votar se vota, porque a maioria manda e a minoria obedece. Temos aqui perdido todas. Mas, temos o direito de pedir ao Governo que informe a esta Casa qual o valor do aumento do capital.

É esse o questionamento que estamos fazendo. Porque esta atribuição de legislar não é do Conselho Administrativo ou do Conselho da Sanepar para resolver o valor do aumento do capital. Tem que ser aprovado por esta Casa.

Não estamos exercendo na plenitude a nossa função, porque estamos autorizando algo que não sabemos o valor. Em nenhum momento me posicionei contrário à transformação em Comissão Geral, porque se é de interesse do Governo, se bem justificado, se o Líder do Governo nos disser o valor do aumento do capital estará resolvido esse impasse, senão terão que vencer no voto. E acredito que vencerão, porque são maioria absoluta.

Ouvi muitas vezes discursos de líderes paranaenses onde diziam que tinham recuperado a Sanepar para o Estado, tinham tirado da iniciativa privada. Em nenhum momento o Estado teve menos de 60%.

Deputado Rafael Greca, já que V. Exa. vai responder ao Deputado Durval Amaral essas questões que só o tempo nos ensina no Parlamento.

Veja que coisa curiosa observamos neste momento, em 1997-1998 quem era o Chefe da Casa Civil do Governo anterior? Deputado Rafael Greca. Quem conduzia esta Casa politicamente? Deputado Rafael Greca, porque era o Chefe da Casa Civil, o coordenador político do Governo. E se houve um erro por parte dos Parlamentares no aporte de capital de empresas privadas, tem gente que tem que fazer aqui a *mea culpa*, porque parece questão querendo incriminar alguém que não tem a culpa desse problema.

Deputado Caíto, se tivermos essa informação votaremos favorável e está transformado em Comissão Geral, mas essa informação para mim, como Parlamentar, para

não assinar um cheque em branco, fará um consenso, eu acho que essa é uma atribuição do Poder Legislativo. É apenas esse questionamento.

Deputado Durval Amaral está coberto de razão quando foi questionado pelo engavetamento. Aqui nada se engaveta porque o voto prevalece.

Obrigado!

O SR. CAÍTO CANTANA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, acho que não devemos transformar essa votação em Plenário numa disputa sobre as colocações feitas, eventualmente, por Parlamentares da Casa.

Deputado Durval Amaral e Deputado Rossoni:

Acho que o Plenário da Casa tem pleno direito de votar ou deixar de votar pela disposição da Situação ou da Oposição, a qualquer momento, sem caber recriminação pelo fato de ter votado ou não.

Da mesma forma, sem autorização do Deputado Natálio Stica, gostaria de colocar que talvez quando ele falou que o dinheiro estava depositado em conta, tenha sido em razão de que o artigo 1º desta lei diz que para o futuro aumento de capital de que é titular o Estado do Paraná, os recursos são havidos até 31 de dezembro de 2005, nos registros contábeis da companhia. Portanto, esse é o valor do recurso. O valor é exatamente os saldos de créditos em 31 de dezembro de 2005. Esse é o valor do aumento de capital.

Quando V. Exa. Deputado Rossoni, solicita-nos - e eu vou tentar no intervalo disso saber qual é esse valor depositado - quero chamar a atenção de V. Exa. que não poderia o Governo fixar porque o estatuto social da companhia determina e está aqui no parágrafo 1º: *o valor de cada aumento de capital será afixado pela assembléia geral, pela composição de todos os sócios por proposta do conselho de administração*. Isso o estatuto da Sanepar diz. Não caberia ao Governo do Estado, por sua vontade própria, propor um valor de aumento. Os sócios majoritários e minoritários é que irão decidir isso em assembléia geral por proposta feita pelo conselho de administração e o valor é o que está no registro contábil da empresa no dia 31 de dezembro de 2005.

Se algumas palavras minhas não fizeram o sentido que deveriam fazer, e eu conheço a nobreza de V. Exa, do Deputado Durval Amaral e dos Deputados desta Casa, viramos a página. O importante é que já foi votado como Comissão Geral e nos basta, agora, votar esse aumento de capital. Qualquer um de nós pode ter acesso aos registros da empresa do dia 31 de dezembro de 2005, que é exatamente esse valor, que pelo estatuto da companhia, a assembléia geral vai fazer com que haja o aumento de capital resgatando o controle majoritário por parte do nosso Estado.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Peço a palavra, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Quero completar com uma pequena frase o argumento do Deputado Caíto Quintana. O próprio Governador diz em Mensagem: “*o valor nominal das ações será fixado pelo artigo 170 da Lei nº 6.404 de 1976.*”

O Deputado Durval Amaral tem razão em uma coisa: não é função do Deputado nem da Assembléia estipular valor de ações. Quem estipula isso é a assembléia dos acionistas da Sanepar.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, sobre o que colocou o Deputado Valdir Rossoni, não vejo nenhuma dificuldade em votar essa Mensagem do

Governador. E o que o Sr. Deputado gostaria de saber, para não dizer que estaria dando um cheque em branco ao Executivo, é saber o valor. E o valor do próprio texto da mensagem da lei e não apenas da mensagem justificaria, já traz. São os valores contabilizados até 31 de dezembro de 2005. Quais são esses valores? Esses valores, Deputado Rossoni, ascendem a R\$ 554.577.631,82. Boa parte deles já integralizado na empresa através do Paranasan, contrato de empréstimo do Estado com a Gebic, no valor de cento e oitenta e cinco milhões e também o acordo formal do Estado, de cento e cinquenta e seis milhões, e mais outro acordo formal também do Estado, em vinte e cinco milhões e oitocentos.

Somando o total de empréstimos de trezentos e sessenta e sete milhões, que já foram integralizados no patrimônio da Sanepar, hoje, apenas fazendo a necessidade da subscrição de aumento de capital.

Isto, o Governo tomou os recursos, tomou os empréstimos, ficou no Tesouro do Estado e aplicou os recursos na Sanepar. Deste total, dezessete milhões e seiscentos mil são de saldo de dividendos que o Tesouro tem junto à empresa em função dos lucros. E mais doze milhões de liberação ocorridas no ano de 2003 do Paranasan. Além das liberações ocorridas em 2004 e 2005, da ordem de sessenta e oito milhões de reais, perfazendo o total de R\$ 554.557.000,00 que é o que figura na contabilidade da Companhia a título de empréstimo e dividendos que o Governo do Estado, através do Executivo, pede a esta Casa a autorização para fazer constar em aumento de capital da empresa Sanepar.

Então, não tem nada que não possa explicar, não tem nada que não esteja claro do ponto de vista da contabilidade, do ponto de vista das informações.

O Governo poderia mandar para cá um valor de 544 milhões, que é o que consta na contabilidade. Mas aí, estaríamos passando por cima do Conselho de Administração que precisa evidentemente, de ter essa aprovação.

Por esta razão não vejo, nem por parte do Deputado Rossoni, nem por parte de nenhum Deputado e Deputada, dificuldade para a votação desta matéria.

Era este o esclarecimento que gostaria de trazer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Antes de colocarmos em votação, vamos designar o relator da CCJ. Deputado Hermes.

**O SR. HERMES FONSECA**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Vou relatar neste Plenário o parecer da Comissão de Constituição e Justiça:

Diz o artigo 87, inciso 20 da Constituição Federal e da Constituição do Estado do Paraná que: *Compete privativamente ao Governador, mediante autorização da Assembléia Legislativa, subscrever ou adquirir ações; realizar ou aumentar capital desde que hajam recursos hábeis de sociedade de economia mista ou de empresa pública, bem como dispor a qualquer título, em todo ou em parte, de ações ou capital que tenha subscrito, adquirido, realizado ou aumentado.*

Diante disso, este projeto se reveste de legalidade, de constitucionalidade e de competência exclusiva do Poder Executivo.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável para que esse projeto seja discutido e deliberado em Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está em discussão o parecer do Deputado Hermes.

**Aprovado.**

Para relatar o parecer da Comissão de Finanças, Deputado José Maria Ferreira.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Sr. Presidente, o Projeto de Mensagem 067/06, de autoria do Executivo, que trata da capitalização de crédito, junto à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, mediante a conversão de capital dos saldos, foi relatado pelo representante da Comissão de Constituição e Justiça, na sua legalidade e constitucionalidade, na técnica legislativa e estando os recursos já internados dentro da Sanepar, não existe nenhum óbice do ponto de vista legal e constitucional e também do mérito, para que esse projeto não receba o parecer favorável desta Comissão.

Portanto, o parecer é favorável pela Comissão de Finanças desta Casa à Mensagem 067/06.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está em discussão e votação o seu parecer.

**Aprovado.**

Em votação o projeto.

**Aprovado.**

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Sr. Presidente, apenas para justificar que encaminhamos da tribuna, pedimos explicações e esclarecimentos ao Governo e, agora, o Deputado Caíto Quintana me passa às mãos, aqui, as informações que precisávamos.

Por essa razão, nós votaremos favorável.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está aprovado o projeto em 1ª Discussão.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (**Pela Ordem**)

Apenas registrar os votos favoráveis do PDT.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

**Foi aprovado por unanimidade.**

Quero avisar aos Srs. Parlamentares que teremos uma outra Sessão logo após esta.

## **2ª Discussão**

### **ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 374/06, de autoria do Deputado Artagão Júnior, declarando de Utilidade Pública a APMI de Cambira, com sede e foro no município de Cambira. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Antes de votarmos o Item 8º, vamos votar um Requerimento nº 1926, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária com a diminuição de interstício. **Aprovado.**

### **ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 371/06, de autoria do Deputado Marcos Isfer, declarando de Utilidade Pública a APMI, com sede e foro no município de Pérola D'Oeste. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### **ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 351/06, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, declarando de Utilidade Pública o Sistema de Saúde de Ubatã, com sede e foro no município de Ubatã. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### **ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 319/06, de autoria do Deputado Caíto Quintana, declarando de Utilidade Pública a Missão Filadélfia, com sede e foro no município de Sertãozinho. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## **3ª Discussão**

### **ITEM 05**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 362/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 050/06, autorizando o Poder Executivo a abrir créditos adicionais ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) ao Orçamento da Secretaria de Estado da Educação - SEED e da Saúde - SESA, con-

forme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CO. COM EMENDA DA CCJ, EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda: **Aprovada.** Projeto: **Aprovado.**

### **ITEM 04**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 017/06, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, instituindo sistema especial de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas nas instituições públicas estaduais de educação superior e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda: **Aprovada.** Projeto: **Aprovado.**

### **ITEM 03**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 746/05, de autoria do Deputado Barbosa Neto, fixando prazo de vida útil para ambulâncias, conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda: **Aprovada.** Projeto: **Aprovado..**

## **Redação Final**

### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 249/06, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, declarando de Utilidade Pública a Apropar - Associação dos Produtores Orgânicos de Palmas, com sede e foro no município de Palmas. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 249/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Orgânicos de Palmas - Apropar, com sede e foro no município de Palmas.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08.08.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 130/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Caprinos de Nova Tebas, com sede no município de Nova Tebas e

foro no município de Manoel Ribas. **Aprovado. (Publ. no DA nº 019/06, de 27.03.06, em Projetos de Lei).**

### **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1856, 1857 e 1898, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1858 a 1860, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1866 a 1884 e 1886 a 1894, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1895, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, com apoio dos Deputados José Domingos Scarpellini, Antonio Anibelli, Alexandre Curi e Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1900, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1902 e 1903, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1917, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1918, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1920, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1922, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1919, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 165/06.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 013/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 002, 012, 035, 041, 045 e 073/06.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para terça-feira, às 09h30, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 746/05, 017 e 362/06.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 165/06.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 067/06 e do Projeto de Resolução nº 013/06.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/06.

Levanta-se a Sessão.

### **Publicações:**

#### **Comissão Executiva**

##### **Decisão**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reunida em data de 10 de agosto de 2006, conforme disposto no subitem 12.1 do Edital de Concorrência 001/05 - ALEP,

**D E C I D E :**

acatar, na íntegra, os Pareceres da Procuradoria-Geral de nºs 211/06-PG; 212/06-PG/ 213/06-PG e 214/06-PG, para **negar provimento** aos recursos protocolados, respectivamente, sob nºs 6270/06 (TV Naipi Ltda.); 6275/06 (TV Icarai Ltda.); 6277/06 (Realiza Vídeo Produções S/S Ltda.) e 6279/06 (O. S. Produções Cinematográficas Ltda.) a fim de manter a decisão proferida pela Comissão Especial de Licitação dos recursos interpostos ao julgamento das propostas técnicas.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA 01/05 - ALEP  
ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N 477/05  
PROTOCOLO Nº 2173/04

A Comissão Especial de Licitação em face do pronunciamento da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, mantendo a decisão desta Comissão de Licitação proferida nos recursos interpostos contra o julgamento das propostas técnicas, representadas pelo Envelope 02 da Concorrência 01/05, designa o dia 15 de agosto de 2006, às 09h15min, no Gabinete da Procuradoria-Geral, 3º andar do Edifício Administrativo do Centro Legislativo Presidente Anibal

Khury, para a audiência pública de abertura do Envelope 03 - Proposta de Preço.

(a) AYRTON COSTA LOYOLA  
Presidente CEL

## Atos

### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 286/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E :

I - exonerar, a pedido, CLÁUDIO MARQUES DA SILVA, matrícula nº 40040, do cargo de Coordenador da Coordenadoria de Processamento de Dados, deste Poder, a partir de 01 de abril de 2006;

II - exonerar, a pedido, VALTER ANTÔNIO MARCHIORATO, matrícula nº 366, do cargo de Diretor Adjunto, da Diretoria de Pessoal, a partir de 01 de abril de 2006;

III - exonerar, a pedido, SANDRO ALBERTO FIGUEIREDO, matrícula nº 40720, do cargo de Coordenador Adjunto da Coordenadoria de Recursos Humanos, da Diretoria de Pessoal, a partir de 01 de abril de 2006.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.04.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 287/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E :

I - prover CLÁUDIO MARQUES DA SILVA, matrícula nº 40040, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Diretor Adjunto da Diretoria de Pessoal, a partir de 1º de abril de 2006;

II - prover VALTER ANTÔNIO MARCHIORATO, matrícula nº 366, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Planejamento de Pessoal, da Diretoria de Pessoal, a partir de 1º de abril de 2006;

III - prover CRISTIAN FERRAZ FERNANDES, matrícula nº 6592, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenador Adjunto da Coordenadoria de Planejamento de Pessoal, da Diretoria de Pessoal, a partir de 1º de abril de 2006;

IV - prover CLÉIA LÚCIA PEREIRA CARAZZAI, matrícula nº 40540, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria de Cadastro Funcional, da Diretoria de Pessoal, a partir de 1º de abril de 2006;

V - prover CELSO DIRCEU DA PAZ, matrícula nº 40170, para exercer o cargo em Comissão, símbolo

DAS-5, de Coordenador Adjunto, da Coordenadoria de Cadastro Funcional, da Diretoria de Pessoal, a partir de 1º de abril de 2006;

VI - prover SILVIA BRUEL, matrícula nº 40776, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta da Coordenadoria de Telefonia, a partir de 1º de abril de 2006;

VII - prover DANTE ALBERTO ANIBELLI JÚNIOR, matrícula nº 40938, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenador Adjunto da Coordenadoria da Segurança, a partir de 1º de abril de 2006;

VIII - prover MARCOS LUIZ SILVEIRA, matrícula nº 6593, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Processamento de Dados, da Diretoria de Pessoal, a partir de 1º de abril de 2006;

IX - prover MÁRCIO DE PAULA COSTA, matrícula nº 6587, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenador Adjunto da Coordenadoria de Processamento de Dados, da Diretoria de Pessoal, a partir de 1º de abril de 2006.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.04.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 395/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E :

prover HÉLIO MANFRINATO FILHO, para exercer cargo em Comissão DAS-5, junto ao Gabinete da Administração deste Poder, a partir de 01 de maio de 2006.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 31.05.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 465/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3852, datado de 10 de maio de 2006, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder à VANDA MARIANI DALL'OGGIO, portadora da Carteira de Identidade de Estrangeiro, com RNE nº W428474-Q e do CPF nº 003902479-28, viúva do ex-Deputado Estadual ERNESTO DALL'OGGIO, falecido em 05 de março de 2006, pensão mensal estabelecida pela Lei nº 4763, de 05 de novembro de 1963, no valor

estipulado pelo artigo 2º, da Lei nº 13.426, de 07 de janeiro de 2002, a partir da data do pedido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.05.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 466/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3571, datado de 04 de maio de 2006, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder aposentadoria compulsória à NILZA PEREIRA DA SILVA, a partir de 18 de abril de 2006, data em que completou 70 anos de idade, matrícula nº 40906, funcionária deste Poder Legislativo, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBA-01, de acordo com o inciso II do parágrafo 1º do artigo 40, da Constituição Federal, no cargo que exerce conforme dispõe a Resolução 07/04 e 09/05, acrescidos de três (03) adicionais, assegurados pelo artigo 170 e parágrafo único da Lei 6174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 14, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas desta Casa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.06.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 467/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5670, datado de 01 de agosto de 2005, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder aposentadoria, a pedido, a JOSÉ COSTA, matrícula nº 40157, ocupante do cargo de Barbeiro, nível NBA-02, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, nos termos do artigo 40, parágrafo 1º, inciso III, letra “a” da Constituição Federal e artigo 3º, parágrafo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98, com vencimentos mensais e integrais correspondentes ao cargo que ocupa conforme dispõe o Ato 274/05, acrescidos de quatro (04) adicionais, assegurados pelo artigo 170 e parágrafo único da Lei 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.06.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 468/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6708, datado de 01 de setembro de 2006, deste Poder,

#### R E S O L V E :

Conceder aposentadoria compulsória, a MARINA DA CONCEIÇÃO VIDAL SOLDA, a partir de 24 de junho de 2005, data em que completou 70 anos de idade, matrícula nº 40.290, funcionária do Quadro da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-03, com vencimentos mensais e proporcionais ao seu tempo de contribuição de acordo com o inciso II, parágrafo 1º do artigo 40 da Constituição Federal, acrescido de 05 adicionais, assegurados pelo artigo 170 e parágrafo único da Lei nº 6.174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.06.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 593/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2562, datado de 04 de abril de 2006, deste Poder,

#### R E S O L V E :

Conceder, a REGINA TRINKEL ARAÚJO, matrícula nº 185, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercendo o cargo de Taquígrafa, nível D-05, lotada na Coordenadoria de Taquigrafia, de três (03) meses, de licença especial, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 12 de maio de 2001 e 12 de maio de 2006, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6.174/70. O período de licença especial deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, conforme estabelecido no artigo 250 e parágrafo único da lei retro mencionada.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11.07.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 596/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo proto-

lado sob nº 4666, datado de 31 de maio de 2006, deste Poder,

**R E S O L V E :**

Conceder, a MARIA ELISA REBELLO, matrícula nº 606, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercendo o cargo de Taquígrafa, nível NUD-06, admitida em 27 de fevereiro de 1980, licença especial de seis (06) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 27 de abril de 1993 e 27 de abril de 2003, nos termos do artigo 247, da Lei nº 6.174/70. O período de licença especial deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, conforme estabelecido no artigo 250 e parágrafo único da lei retro mencionada.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27.07.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

## ***Diretoria Geral***

### ***Portarias***

#### **PORTARIA Nº 079/06**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

colocar à disposição da Coordenadoria de Biblioteca, a servidora deste Poder Legislativo, JULCIMARA RIBEIRO DA COSTA, matrícula nº 102, a partir de 01 de julho de 2006.

Gabinete da Diretoria Geral, 03.07.06.

(a) ABIB MIGUEL

#### **PORTARIA Nº 088/06**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 6348, datado de 28 de julho de 2006, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARIA DE LOURDES DA LUZ, matrícula nº 40.292, de quinze (15) dias, a partir de 20 de julho de 2006, CID.M06.E14 e I10.

Gabinete da Diretoria Geral, 09.08.06.

(a) ABIB MIGUEL

#### **PORTARIA Nº 089/06**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em

vista o que consta no processo protocolado sob o nº 6697, datado de 09 de agosto de 2006, deste Poder,

**R E S O L V E :**

afastar os servidores JOSÉ CARLOS REAL KOEHLER, LILIANE QUADROS, RICARDO RODRIGUES, MARCELO ERONI PELANDA, BELAIR ANTÔNIO OLM, todos lotados no Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de agosto a 02 de outubro de 2006.

Gabinete da Diretoria Geral, 14.08.06.

(a) ABIB MIGUEL

## ***Atas de Comissões***

### ***Especial de Reforma à Constituição***

#### **COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO**

Ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões da Presidência, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem a comissão que opinará sobre a Proposta de Emenda da Constituição de nº 30/06, de autoria do Deputado Nelson Justus, como fim específico de proceder à sua instalação e a eleição para Presidente e Vice-Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Pedro Ivo Ilkiv, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou instalada a comissão, passando em seguida à eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a eleição do Deputado Elio Lino Rusch e Luiz Nishimori, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o Deputado Elio Lino Rusch agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares e indicou o Deputado Neivo Beraldin para atuar como relator da comissão. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ NISHIMORI, NEIVO BERARDIN, EDSON STRAPASSON, PADRE PAULO CAMPOS, ELIO RUSCH e PEDRO IVO ILKIV - 1º Vice-Presidente

## ***Finanças***

#### **15ª LEGISLATURA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA COMISSÃO DE FINANÇAS**

Aos treze dias do mês de março de dois mil e seis, reuniu-se extraordinária a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 10:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Elio Rusch, mais a presença dos

seguintes senhores deputados: Carlos Simões, César Seleme, Tadeu Veneri e Barbosa Neto. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou por aberto os trabalhos, ao mesmo tempo em que o Senhor Deputado Tadeu Veneri solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, tendo a mesma sido dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. **01) Projeto de Lei nº 06/06, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 08/06**, que altera a Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, para criar, no Quadro de Pessoal das Instituições de Ensino Superior, a carreira técnica universitária. Relator Deputado **Cesar Seleme**. Parecer **Favorável – Aprovado**. **02) Projeto De Lei Nº 05/06, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 07/06**, que reestrutura as Tabelas de Vencimentos do Quadro Próprio do Poder Executivo. Relator Deputado **Cesar Seleme**. Parecer **Favorável – Aprovado, na forma das emendas apresentadas pelos senhores Deputados Carlos Simões e Tadeu Veneri**. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH - Presidente

Wilson Penka - Secretário

15ª LEGISLATURA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA  
2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA  
COMISSÃO DE FINANÇAS

Aos onze dias do mês de abril de dois mil e seis, reuniu-se extraordinária a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 10:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Elio Rusch, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Tadeu Veneri, Barbosa Neto e Duílio Genari. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou por aberto os trabalhos, ao mesmo tempo em que o Senhor Deputado Duílio Genari solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, tendo a mesma sido dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. **01) Projeto de Lei nº 79/06, de autoria do Tribunal de Contas – Ofício nº 245/06**, que transforma cargos na estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme especifica. Relator Deputado **Tadeu Veneri**. Parecer no sentido de solicitar informações do autor do Projeto, na forma que especifica **Favorável – Aprovado**. O Senhor Presidente, suspende a reunião para que o Secretário da Comissão proceda o devido contato com o Tribunal de Contas, no sentido de viabilizar, com a máxima urgência, os documentos que foram solicitados pelo Relator da matéria. Sendo que, após o recebimento dos documentos faltantes, a reunião será reiniciada. Com o reinício da reunião, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Deputado Tadeu Veneri. **01) Projeto de Lei nº 79/06**, acima especificado. Após a análise dos documentos que faltavam em relação ao projeto supra citado, o meu parecer é **Favorá-**

**vel**. Colocado em votação, foi o mesmo **Aprovado** por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

ELIO RUSCH - Presidente

Wilson Penka - Secretário

15ª LEGISLATURA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA  
2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA  
COMISSÃO DE FINANÇAS

Aos dois dias do mês de maio de dois mil e seis, reuniu-se extraordinária a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado José Maria Ferreira, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Tadeu Veneri, Barbosa Neto, Elio Rusch, Ademar Traiano e Duílio Genari. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou por aberto os trabalhos, ao mesmo tempo em que o Senhor Deputado Duílio Genari solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, tendo a mesma sido dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. **01) Projeto de Lei nº 02/06, de autoria do Poder Executivo – Mensagem 04/06**, que fixam no âmbito do Estado do Paraná, o Piso Salarial, de que trata o inciso V, do art. 7º da Magna Carta da República. Relator Deputado **ELIO RUSCH**. Parecer **Favorável – Aprovado, Com Emenda Aditiva**. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

JOSÉ MARIA FERREIRA- Presidente

Wilson Penka - Secretário

15ª LEGISLATURA – 4ª SESSÃO LEGISLATIVA  
2ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
COMISSÃO DE FINANÇAS

Aos quinze dias do mês de março de dois mil e seis, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 14:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado José Maria Ferreira, mais a presença dos seguintes senhores deputados: César Seleme, Tadeu Veneri, Neivo Beraldin e Barbosa Neto. Havendo número legal, o senhor presidente declarou por aberto os trabalhos, ao mesmo tempo em que o Senhor Deputado César Seleme solicita a dispensa da leitura da ata da reunião, colocado em votação foi aprovada a dispensa e a mesma foi aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: **01) Projeto de Lei nº 045/06**, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que objetiva reajustar os vencimentos dos servidores do Quadro Efetivo do Tribunal de Justiça do Estado. Relator Deputado **Cesar Seleme**. Parecer **Favorável – Aprovado**. **02) Projeto de Lei nº 046/06**, de

autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que dispõe sobre a tabela de proventos aplicável aos serventários aposentados do Foro Extrajudicial do Estado do Paraná. Relator Deputado **Cesar Seleme**. Parecer **Favorável – Aprovado**. 03) **Projeto de Lei nº 058/06**, de autoria do Ministério Público, que dispõe sobre o reajuste da tabela de Gratificação de Função, os níveis de vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado e adota outras providências. Relator Deputado **Cesar Seleme**. O Senhor Deputado Neivo Beraldin indaga ao Senhor Presidente se o Ministério Público tem competência para propor projeto de lei. O Senhor Presidente,

Deputado José Maria Ferreira salienta que o correto seria o Poder Executivo ser o autor de tal proposição. O Senhor Deputado Neivo Beraldin, informa que posteriormente em Plenário irá discutir tal assunto. Colocado o parecer e votação, foi o mesmo **Aprovado**. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

JOSÉ MARIA FERREIRA- Presidente  
Wilson Penka - Secretário

